



# Portugal Telecom

Relatório e contas consolidadas

Primeiro trimestre de 2011

## Relatório e contas consolidadas

Primeiro trimestre de 2011

<b>01 Análise dos resultados consolidados</b>	<b>4</b>
<b>02 Evolução dos negócios</b>	<b>17</b>
Negócios em Portugal	17
Negócios Internacionais	28
<b>Demonstrações financeiras consolidadas</b>	<b>30</b>
<b>Glossário</b>	<b>62</b>

As designações "PT", "Grupo Portugal Telecom", "Grupo PT", "Grupo" e "Empresa" referem-se ao conjunto das empresas que constituem a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas, consoante o contexto.

# Portugal Telecom

## Portugal

Rede fixa	> retalho, voz e dados para grandes empresas, ISP e banda larga [PT Comunicações 100%]
456 milhões de euros	> Voz e dados para PME [PT Prime 100%]
Móvel	> TMN 100%
303 milhões de euros	

## Principais ativos internacionais

			Receitas (milhões de euros)
Oi 25,6% (*)	> Brasil	> Fixo, móvel, outros	(*)
Contax 42,0% (*)	> Brasil	> Contact centre	(*)
Unitel 25% (*)	> Angola	> Móvel	290
CTM 28%	> Macau	> Fixo, móvel	83
MTC 34% (*)	> Namíbia	> Móvel	38
CVT 40% (*)	> Cabo Verde	> Fixo, móvel	17
Timor Telecom 41,12%	> Timor	> Fixo, móvel	11
CST 51% (*)	> São Tomé e Príncipe	> Fixo, móvel	3

(\*) Estas participações representam as percentagens utilizadas na consolidação proporcional da Oi e da Contax, correspondentes às participações detidas, direta e indiretamente, na Telemar Participações e na CTX Participações, respectivamente. As participações efetivas detidas na Oi e na Contax são 25,3% e 14,1%, respectivamente. (†) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT. (‡) Os ativos e passivos da Oi e da Contax foram consolidados proporcionalmente em 31 de março de 2011, sendo que os seus resultados serão consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011.

## Empresas instrumentais

Serviços de sistemas e TI [PT Sistemas de Informação 100%]; Inovação, investigação e desenvolvimento [PT Inovação 100%];  
Serviços administrativos e de gestão partilhada [PT PRO 100%]; Serviços de negociação [PT Compras 100%];  
Call centers e serviços de telemarketing [PT Contact 100%]; Gestão de fundos de pensões [Previsão 82,05%]

# 01

## Análise dos resultados consolidados

### Resultados consolidados

Demonstração dos resultados consolidados <sup>(1)</sup>	Milhões de euros		
	1T11	1T10	Δ10/11
<b>Receitas operacionais</b>	<b>871,1</b>	<b>906,9</b>	<b>(3,9%)</b>
Rede fixa <sup>(2)</sup>	456,2	488,2	(6,6%)
Móvel • TMN <sup>(2)</sup>	303,0	345,9	(12,4%)
Outros e eliminações	111,9	72,8	53,7%
<b>Custos operacionais, ex. PRBs e amortizações</b>	<b>513,7</b>	<b>529,8</b>	<b>(3,0%)</b>
Custos com pessoal	156,8	149,6	4,8%
Custos diretos dos serviços prestados	124,9	133,7	(6,6%)
Custos comerciais	72,8	84,5	(13,9%)
Outros custos operacionais	159,3	161,9	(1,6%)
<b>EBITDA <sup>(3)</sup></b>	<b>357,4</b>	<b>377,1</b>	<b>(5,2%)</b>
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	12,0	17,8	(32,4%)
Amortizações	196,4	172,4	13,9%
<b>Resultado operacional <sup>(4)</sup></b>	<b>149,0</b>	<b>186,9</b>	<b>(20,2%)</b>
<b>Outros custos (receitas)</b>	<b>7,1</b>	<b>9,1</b>	<b>(21,3%)</b>
Custos do programa de redução de efectivos, líquidos	4,4	5,2	(15,0%)
Menos (mais) valias líquidas na alienação de	(0,1)	(0,6)	(85,9%)
Outros custos (ganhos) líquidos	2,8	4,5	(37,3%)
<b>Resultado antes de resultados fin. e impostos</b>	<b>141,9</b>	<b>177,8</b>	<b>(20,2%)</b>
<b>Custos (ganhos) financeiros</b>	<b>(55,6)</b>	<b>25,2</b>	<b>n.s.</b>
Juros suportados (obtidos) líquidos	(17,3)	59,1	n.s.
Perdas (ganhos) em empresas associadas	(80,2)	(38,8)	106,8%
Outros custos (ganhos) financeiros líquidos	41,9	4,9	n.s.
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>197,5</b>	<b>152,6</b>	<b>29,4%</b>
Imposto sobre o rendimento	(48,0)	(38,7)	23,9%
<b>Resultado das operações continuadas</b>	<b>149,5</b>	<b>113,9</b>	<b>31,3%</b>
Resultado das operações descontinuadas	0,0	15,3	n.s.
<b>Resultado antes de interesses não controladores</b>	<b>149,5</b>	<b>129,1</b>	<b>15,8%</b>
Prejuízos (lucros) atribuíveis a int. não controladores	(19,8)	(28,8)	(31,3%)
<b>Resultado líquido consolidado</b>	<b>129,7</b>	<b>100,3</b>	<b>29,3%</b>

(1) Os valores relativos a 2010 foram ajustados de forma a reconhecer o negócio da Vivo como operação descontinuada. No seguimento do investimento estratégico na Oi e na Contax em 28 de março de 2011, a PT consolidou proporcionalmente os ativos e passivos dessas empresas na demonstração da posição financeira em 31 de março de 2011, enquanto na demonstração de resultados irá consolidar proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011. (2) As receitas operacionais da rede fixa e da TMN incluem o impacto da redução das taxas de terminação móvel (MTR). Na TMN, o impacto foi de 7 milhões de euros no 1T11. (3) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (4) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos.

### Receitas operacionais consolidadas

No 1T11, as **receitas operacionais consolidadas** diminuíram 3,9% face ao 1T10, para 871 milhões de euros, num contexto de condições económicas adversas em Portugal e crescimento significativo das receitas dos negócios internacionais, nomeadamente da MTC, na Namíbia, da Timor Telecom e da Dedic / GPTI.

No 1T11, as **receitas dos negócios em Portugal** diminuíram 7,8% face ao 1T10 (62 milhões de euros), negativamente impactadas por: (1) menores vendas de equipamentos (9 milhões de euros); (2) menores MTRs (7 milhões de euros); (3) menores receitas do negócio de listas telefónicas (6 milhões de euros); (4) menores receitas

## 01 Análise dos resultados consolidados

de wholesale, dados e soluções empresariais (20 milhões de euros), e (5) menores receitas de cliente na TMN (27 milhões de euros).

As **receitas operacionais da rede fixa** diminuíram 6,6% no 1T11 face ao 1T10, de 488 milhões de euros para 456 milhões de euros. Não obstante as receitas de retalho terem aumentado, uma vez mais, em 0,9% no período, o desempenho das receitas da rede fixa foi impactado por: (1) uma redução contínua no negócio de listas telefónicas (6 milhões de euros); (2) menores receitas no segmento de dados e soluções empresariais (10 milhões de euros), devido a condições económicas adversas que afectam os segmentos empresarial e as PME/SOHO, incluindo menores receitas de contratos com a administração pública (4 milhões de euros), e (3) menores receitas de wholesale (10 milhões de euros), afectadas pela redução de 3 milhões de euros nas receitas de lacetes locais desagregados e DSL. Estes efeitos mais do que compensaram o aumento significativo nas receitas de TV por subscrição e de banda larga de retalho. No 1T11, as receitas de retalho aumentaram 0,9% face ao 1T10, de 244 milhões de euros para 246 milhões de euros, uma ligeira aceleração quando comparado com o 4T10, em resultado do forte e contínuo desempenho da oferta triple-play do Meo (voz, dados e TV por subscrição), que está a impulsionar o crescimento das linhas telefónicas e de banda larga fixa.

No 1T11, o negócio de rede fixa continuou a beneficiar de um contínuo esforço na transformação da oferta de serviços residencial de telecomunicações de telefone fixo tradicional para ofertas triple-play, que são mais competitivas e mais resilientes a condições económicas adversas. O total de acessos da rede fixa de retalho, ou unidades geradoras de receitas de retalho (RGUs), aumentou 7,0% face ao 1T10, atingindo 4.578 mil, sendo que os acessos de TV por subscrição e os acessos de banda larga já representam mais de 41% do total de acessos de retalho. As adições líquidas de retalho atingiram 52 mil no 1T11, impulsionadas pelo sucesso das ofertas de TV por subscrição e de triple-play, as quais têm contribuído para ganhos constantes e sucessivos de quota de mercado de banda larga e para reduções recorde nos desligamentos líquidos de linhas telefónicas fixas. Este sólido desempenho foi também sustentado pelo investimento na cobertura de um milhão de casas com FTTH, realizado ao longo de 2009 e 2010, que tem vindo a ganhar força comercial à medida que as casas ficam comercialmente disponíveis para venda. Como resultado, existiam 147 mil clientes de fibra no final do 1T11, representando uma penetração de 14,7% no total de casas passadas no final do ano passado e uma penetração de 23,3% sobre o número médio das casas comercialmente disponíveis para venda. Em fevereiro de 2011, a PT recebeu um Innovation Award atribuído pelo FTTH Council pelo planeamento e implementação da sua rede de fibra, reconhecendo a execução e engenharia de excelência da PT e a capacidade da empresa de trabalhar, com sucesso, com os seus parceiros tecnológicos. Em 2011, a PT planeia estender a cobertura de FTTH a mais 600 mil casas, reforçando assim a sua cobertura e proposta de valor para os clientes empresariais, PMEs e residenciais.

No 1T11, a PT teve 12 mil desligamentos líquidos de linhas telefónicas fixas, incluindo 9 mil desligamentos líquidos das linhas em pré-seleção. Assim, as linhas geradoras de tráfego diminuíram apenas em 4 mil, impulsionadas pelas adições líquidas de linhas telefónicas fixas de 6 mil no segmento residencial. Os clientes de retalho de banda larga fixa aumentaram 13,2% face ao 1T10, com 18 mil adições líquidas no trimestre. De acordo com o relatório emitido no 4T10 pela ICP-ANACOM, o regulador Português de telecomunicações, a PT tem aumentado, consecutivamente, a sua quota de mercado de banda larga fixa nos últimos onze trimestres. Tal como referido acima, o sólido desempenho das ofertas double-play e triple-play do Meo contribuiu decisivamente para atenuar os desligamentos líquidos de linhas telefónicas fixas, que se situaram em 12 mil no 1T11, comparando favoravelmente com 14 mil no 1T10 e 30 mil no 1T09. Tal como nos trimestres anteriores, este forte desempenho foi particularmente notável no segmento residencial, que apresentou adições líquidas positivas de linhas telefónicas fixas e de 22 mil na banda larga no 1T11. A oferta Meo da PT continua a beneficiar de uma forte procura, tendo atingido uma quota de mercado estimada de 31%. Apesar da retração significativa nas promoções, as adições

## 01 Análise dos resultados consolidados

líquidas de TV por subscrição foram de 46 mil no 1T11. O total de clientes atingiu os 876 mil, o equivalente a uma penetração de 85,9% na base de clientes de retalho de banda larga fixa, mais 14,2pp face ao 1T10. As RGUs de retalho por acesso aumentaram 9,0% no 1T11 face ao 1T10, para 1,71.

No 1T11, as **receitas operacionais da TMN** diminuíram 43 milhões de euros (-12,4% face ao 1T10) para 303 milhões de euros, principalmente devido a: (1) menores receitas de cliente (27 milhões de euros), num contexto de aumento da penetração dos planos tribais "Moche" (planos tarifários pré-pagos com tráfego ilimitado de voz e sms entre subscritores com o mesmo plano tarifário) e de menor procura, sobretudo no segmento pós-pago; (2) menores receitas de interligação (11 milhões de euros), em parte como resultado do impacto negativo de menores MTRs (7 milhões de euros), e (3) menores vendas de equipamentos (5 milhões de euros). De forma a reforçar a proposta de valor das suas ofertas, a TMN lançou o "TMN unlimited" em julho de 2010 e o "all net unlimited" e o "e nunca mais acaba" em janeiro de 2011. O lançamento destas novas ofertas tem sido encorajador, uma vez que têm sido percebidas pelo mercado como as melhores ofertas e também pelo impacto positivo no ARPU. Não obstante o aumento significativo na banda larga fixa, as receitas de dados na TMN aumentaram 1,4% face ao 1T10 e representam 26,9% das receitas de serviço (+3,6 pp face ao ano anterior).

As **outras receitas**, incluindo as eliminações intra-grupo, aumentaram 53,7% no 1T11 face ao 1T10, para 112 milhões de euros. Este desempenho resultou principalmente de: (1) um aumento das receitas, face ao 1T10, de 17,7% e de 13,6% na Timor Telecom e na MTC, respectivamente; (2) uma melhoria das tendências do negócio de BPO no Brasil, Dedic, e (3) do impacto da consolidação da GPTI, uma empresa de TI/SI adquirida pela Dedic, a partir de 1 de março de 2010.

### **Custos Operacionais Consolidados (excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações)**

Os **custos operacionais consolidados**, excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações, diminuíram 3,0% para 514 milhões de euros no 1T11, face a 530 milhões de euros no mesmo período do ano anterior, essencialmente em resultado de reduções nos negócios em Portugal (41 milhões de euros), em resultado do rígido controlo de custos e enfoque na rentabilidade das operações. Estes efeitos foram parcialmente compensados por um aumento na contribuição do negócio de call center da Portugal Telecom no Brasil, e pela GPTI, a qual foi consolidada apenas a partir de 1 de Março de 2010.

Os **custos com o pessoal** aumentaram 4,8% para 157 milhões de euros no 1T11, essencialmente em resultado de maiores contribuições: (1) da Dedic, a nossa operação de call center no Brasil, devido essencialmente ao impacto da apreciação do Real Brasileiro face ao Euro; e (2) da GPTI, a qual foi consolidada apenas a partir de 1 de Março de 2010. Estes efeitos mais do que compensaram a redução dos custos com o pessoal nos negócios em Portugal, nomeadamente a redução de 11,6% no negócio da Rede Fixa em resultado do programa de redução de efetivos e do rígido controlo de custos. Os custos com pessoal representaram 18,0% das receitas operacionais consolidadas.

Os **custos directos** diminuíram 6,6% para 125 milhões de euros no 1T11 e representaram 14,3% das receitas operacionais consolidadas. Esta redução é explicada essencialmente pela menor contribuição por parte (1) da TMN (11 milhões de euros) em resultado de menores MTRs e de uma maior proporção do tráfego on-net; (2) da Rede Fixa (4 milhões de euros), refletindo uma redução nos custos de interconexão, em resultado essencialmente de menores MTRs, e de uma redução nos custos no negócio das listas telefónicas, refletindo a tendência histórica de perda no negócio de listas telefónicas, que mais do que compensou o aumento nos custos de programação,

## 01 Análise dos resultados consolidados

relacionado com o contínuo crescimento de clientes de TV por subscrição. Não obstante, é de referir a diminuição nos custos de programação por cliente no negócio de Rede Fixa, em resultado das economias de escala alcançadas no negócio de TV por subscrição.

Os **custos comerciais**, que incluem os custos das mercadorias vendidas, as comissões e as despesas com marketing e publicidade, diminuíram 13,9% para 73 milhões de euros no 1T11 e representaram 8,4% das receitas operacionais consolidadas. Esta diminuição ficou a dever-se, essencialmente, a uma redução nos negócios em Portugal (13 milhões de euros), em resultado da redução nas vendas e nos serviços prestados, e refletindo o contínuo enfoque na política de disciplina e controlo de custos nos negócios em Portugal e a redução nas despesas de marketing na Rede Fixa, que mais do que compensaram o aumento nas despesas em marketing na TMN em resultado do investimento na comercialização de novos planos tarifários.

Os **outros custos operacionais**, que incluem essencialmente serviços de suporte, fornecimentos e serviços externos, impostos indirectos e provisões, diminuíram 1,6% (3 milhões de euros) para 159 milhões de euros no 1T11, o que compara com 162 milhões de euros no 1T10. Esta redução é explicada essencialmente pela menor contribuição por parte dos negócios em Portugal, em resultado essencialmente de uma redução nos custos com serviços externos, refletindo uma rigorosa disciplina operacional e de custos. Estes efeitos foram parcialmente compensados por uma maior contribuição da GPTI, a qual foi consolidada apenas a partir de 1 de Março de 2010.

### EBITDA

O EBITDA diminuiu 5,2% no 1T11 face ao 1T10, para 357 milhões de euros, equivalente a uma margem EBITDA de 41,0%. O desempenho do EBITDA no período foi impactado pela diminuição das receitas na TMN, apesar da redução de 12,5% face ao 1T10 nos custos operacionais excluindo amortizações e PRBs. O EBITDA da rede fixa ficou estável em 188 milhões de euros (-0,2%) no 1T11, face ao 1T10, como resultado do aumento da alavancagem operacional dos serviços triple-play, da maior penetração de fibra e do contínuo enfoque no controlo de custos. O EBITDA proporcional dos negócios internacionais atingiu 53 milhões de euros, um aumento de mais de 4% face ao 1T10.

O EBITDA da rede fixa de 188 milhões de euros no 1T11 (-0,2% face ao 1T10) foi equivalente a uma margem de 41,2%, uma melhoria de 2,6pp face ao 1T10. Este desempenho marcou uma importante melhoria em relação aos trimestres anteriores (-5,3% no 4T10, -5,9% no 3T10, -6,4% no 2T10 e -9,4% no 1T10) e representa o melhor desempenho dos últimos dezoito trimestres, não obstante o contínuo investimento comercial na implementação de ofertas triple-play, como já foi referido acima. A melhoria na evolução do EBITDA foi atingida devido à racionalização da estrutura de custos, decorrente da convergência fixo-móvel, e da reestruturação dos negócios em Portugal por segmentos de cliente. O EBITDA também beneficiou do facto do Meo ter atingido massa crítica, levando a menores custos de programação por cliente, que diminuíram 14% face ao 1T10. Este sólido desempenho do EBITDA no segmento da rede fixa foi conseguido num contexto de menor contribuição para as receitas e para o EBITDA do negócio das listas telefónicas das Páginas Amarelas, que contraíu 6 milhões de euros e 2 milhões de euros, respectivamente. A PT tem um investimento financeiro de 25% (50% dos direitos de voto) na empresa Páginas Amarelas, a qual é gerida pela Truvo.

# 01 Análise dos resultados consolidados

EBITDA por segmento de negócio <sup>(1)(2)</sup>	Milhões de euros		
	1T11	1T10	Δ10/11
Rede fixa	188,1	188,5	(0,2%)
Móvel • TMN	144,0	164,1	(12,2%)
Outros e eliminações	25,3	24,4	3,7%
<b>EBITDA total</b>	<b>357,4</b>	<b>377,1</b>	<b>(5,2%)</b>
Margem EBITDA (%)	41,0	41,6	(0,5pp)

(1) Os valores relativos a 2010 foram ajustados de forma a reconhecer a Vivo como operação descontinuada. (2) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações.

Na TMN, o EBITDA diminuiu 12,2% no 1T11 face ao 1T10 para 144 milhões de euros, como resultado da diminuição das receitas de serviço (39 milhões de euros), que têm uma maior alavancagem operacional. Com efeito, as receitas de serviço menos os custos diretos diminuíram 28 milhões de euros, enquanto o EBITDA diminuiu apenas 20 milhões de euros, em resultado de menores custos de suporte (6 milhões de euros), beneficiando de iniciativas de promoção de self-care, aumento da simplicidade das propostas comerciais e dos processos de manutenção e reparação (2 milhões de euros). Como resultado do rigoroso controlo de custos, a margem EBITDA foi de 47,5%, mantendo-se estável face ao mesmo período do ano anterior.

O EBITDA dos outros negócios aumentou 3,7% face ao 1T10, para 25 milhões de euros, em resultado dos crescimentos de 20,7% e 10,6% na Timor Telecom e na MTC, respectivamente. Depois de vários trimestres de contração do EBITDA da CVT em Cabo Verde, principalmente devido a condições económicas mais fracas e a um ambiente regulatório adverso, o EBITDA da CVT no 1T11 aumentou 2,7% face ao mesmo período do ano anterior.

## Resultado líquido

Os custos com benefícios de reforma diminuíram para 12 milhões de euros no 1T11, face a 18 milhões de euros no 1T10, refletindo, essencialmente, o impacto da transferência das obrigações dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português, que foi concluída em dezembro de 2010.

As amortizações aumentaram 13,9% face ao 1T10, para 196 milhões de euros, refletindo, principalmente, maiores contribuições do negócio da rede fixa, em resultado dos investimentos na implementação da rede de fibra e no serviço de TV por subscrição, e da MTC na Namíbia.

Os juros líquidos obtidos ascenderam a 17 milhões de euros no 1T11, em comparação com os juros suportados de 59 milhões de euros no 1T10, principalmente como resultado de: (1) 51 milhões de euros de juros de depósitos em Reais que foram utilizados para pagar o investimento na Oi em 31 de março de 2011; (2) a diminuição da dívida líquida média, no seguimento do recebimento da primeira e segunda prestações, recebidas da Telefónica em 2010 (5.500 milhões de euros), relativa à transação da Vivo, que mais do que compensaram os dividendos pagos em Dezembro de 2010 (876 milhões de euros) e a dívida relacionada com a transferência das obrigações com pensões não financiadas concluída em Dezembro de 2010 (1.022 milhões de euros), e (3) a redução do custo médio da dívida, excluindo o impacto dos juros dos depósitos em Reais acima referidos, que se situou nos 3,6% no 1T11 comparando com 4,8% no 1T10.

Os ganhos em empresas associadas no 1T11 ascenderam a 80 milhões de euros, comparado com 39 milhões de euros no 1T10. No 1T11, esta rubrica inclui um ganho de 38 milhões de euros relacionado com a conclusão da alienação da participação na UOL, pelo montante de 156 milhões de euros. Ajustando por este efeito e pelos



## 01 Análise dos resultados consolidados

resultados da UOL no 1T10, os ganhos em empresas associadas teriam ascendido a 43 milhões de euros no 1T11 e a 32 milhões de euros no 1T10, refletindo principalmente melhores resultados dos outros ativos internacionais.

Os outros custos financeiros líquidos, que incluem as perdas cambiais líquidas, os ganhos líquidos em ativos financeiros e as outras despesas financeiras líquidas, totalizaram 42 milhões de euros no 1T11, face a 5 milhões de euros no 1T10. As perdas cambiais líquidas ascenderam a 16 milhões de euros no 1T11 (ganhos líquidos 3 milhões de euros no 1T10), principalmente em resultado do impacto nos ativos denominados em dólares decorrente da desvalorização do dólar face ao euro durante o 1T11. As perdas líquidas em ativos financeiros ascenderam a 1 milhão de euros no 1T11, o que compara com ganhos de 0,4 milhões de euros no 1T10. As outras despesas financeiras, que incluem serviços bancários, impostos financeiros e outros custos de financiamento, aumentaram de 8 milhões de euros no 1T10 para 25 milhões de euros no 1T11, principalmente devido ao imposto suportado no Brasil com a transferência de fundos para o investimento estratégico na Oi.

O imposto sobre o rendimento aumentou para 48 milhões de euros no 1T11, face a 39 milhões de euros no 1T10, correspondendo a uma taxa efetiva de imposto de 24,3% e de 25,4%, respectivamente. Ajustando por determinados juros obtidos e juros suportados não tributados fiscalmente no 1T11 e 1T10, respectivamente, a taxa efetiva de imposto teria sido de 26,8% e de 22,1%. O aumento na taxa efetiva de imposto é explicado, principalmente, por uma taxa de imposto regulamentar mais elevada em Portugal (26,5% no 1T10 e 29,0% no 1T11) e por certas correções à estimativa de imposto do ano anteriores registada em ambos os períodos.

O lucro atribuível a interesses não controladores diminuiu 9 milhões de euros para 20 milhões de euros no 1T11, refletindo a redução nos interesses não controladores da Vivo (12 milhões de euros no 1T10), após a aquisição da Vivo pela Telefónica em setembro de 2010, cujo efeito foi parcialmente compensado pelo aumento dos interesses não controladores das empresas Africanas (4 milhões de euros).

O resultado líquido aumentou 29,3% para 130 milhões de euros no 1T11, comparado com 100 milhões de euros no 1T10, refletindo, principalmente, a diminuição dos juros líquidos, em resultado da transação da Vivo, e o aumento dos resultados em empresas associadas, devido maioritariamente à alienação da UOL. Estes efeitos foram parcialmente compensados por: (1) um aumento das amortizações no negócio de rede fixa; (2) determinados impostos suportados no 1T11 relacionados com o investimento na Oi, e (3) perdas cambiais resultantes do impacto da depreciação do dólar face ao euro.

### Remuneração acionista

Em 2010, a PT pagou um dividendo ordinário de 0,575 euros por ação referente ao exercício de 2009 e, como antecipação dos dividendos de 2010, uma parcela inicial no valor de 1,00 euro por ação relativo ao dividendo excecional de 1,65 euros por ação anunciado no seguimento da transação da Vivo.

Após a aprovação da política de remuneração na Assembleia Geral de Accionistas, em 6 de maio de 2011, a PT irá pagar a segunda parcela do dividendo excecional (0,65 euros por ação) e um dividendo ordinário de 0,65 euros por ação referente ao exercício fiscal de 2010, em 3 de junho de 2011, com a data de ex-dividendo em 31 de maio de 2011.

Com o pagamento desses dividendos, no valor total de 1,3 euros por ação, a PT reforça o seu compromisso de continuar a oferecer um retorno acionista de referência no sector, mantendo em simultâneo um balanço sólido e

# 01 Análise dos resultados consolidados

flexibilidade financeira para continuar a investir nos seus mercados core, em novos produtos e serviços e a manter a sua posição competitiva estratégica de longo prazo.

## Capex

O capex diminuiu 25,0% no 1T11 face ao 1T10, para 122 milhões de euros, equivalente a 14,0% das receitas (-3,9 pp face ao 1T10). O capex da rede fixa diminuiu 26,7% face ao 1T10, de 112 milhões de euros para 82 milhões de euros no 1T11, refletindo: (1) menor capex de cliente e preços de equipamentos mais baixos; (2) diminuição do capex de infraestrutura na sequência dos esforços significativos de cobertura de FTTH em 2009 e em 2010, e (3) menores investimentos na infraestrutura histórica de rede, decorrentes da implementação de FTTH. A maior eficiência do capex de rede fixa reflectiu também as sinergias resultantes da integração fixo-móvel. O capex da rede fixa representou 18,1% das receitas, menos 5,0 pp face ao 1T10. Em 2011, a PT irá reforçar ainda mais a sua proposta de valor para os clientes corporate, PMEs/SOHO e residenciais, alargando a cobertura de FTTH até mais 600 mil casas e investindo na construção do mais avançado data centre, com 45 mil metros quadrados.

Capex por segmento de negócio <sup>(1)</sup>	Milhões de euros		
	1T11	1T10	Δ10/11
Rede fixa	82,4	112,4	(26,7%)
Móvel • TMN	19,0	23,5	(19,3%)
Outros	20,8	27,1	(23,2%)
<b>Capex total</b>	<b>122,2</b>	<b>163,0</b>	<b>(25,0%)</b>
Capex em % das receitas operacionais (%)	14,0	18,0	(3,9pp)

(1) Os valores relativos a 2010 foram ajustados de forma a reconhecer a Vivo como operação descontinuada.

O capex da TMN decresceu 19,3% face ao 1T10, para 19 milhões de euros no 1T11, equivalente a 6,3% das receitas. O decréscimo no capex da TMN é explicado, principalmente, pelo enfoque na geração de cash flow e na cristalização das sinergias decorrentes da integração fixo-móvel. O capex continuou a ser dirigido para a expansão da capacidade e cobertura da rede, nomeadamente nas áreas urbanas e nas principais rodovias, e para melhorar a qualidade do serviço. O capex de infraestrutura ficou estável, como resultado do contínuo enfoque na oferta de serviços de voz de alta qualidade, nos serviços de dados e na adequação ao aumento da utilização de voz e de dados. A rede da TMN continua a destacar-se no contexto do mercado Português devido à cobertura e fiabilidade, tanto em voz, como em banda larga. O estudo mais recente, emitido pela Anacom, o regulador Português de telecomunicações, reconheceu a TMN como o operador móvel Português com a melhor cobertura, tanto nas áreas urbanas, como nas principais auto-estradas e estradas, para os serviços de banda larga móvel. O mesmo estudo reconhece a TMN como o operador móvel português com a melhor taxa de terminação de chamadas, a melhor qualidade de áudio, de vídeo chamadas e a melhor cobertura para os serviços de vídeo chamadas. A PT pretende reforçar ainda mais as suas capacidades nas áreas de dados móveis e a qualidade da rede, aproveitando a implementação de FTTH já existente para aumentar a qualidade da sua rede móvel que, no final de 2011, deverá ter 80% dos seus sites cobertos com fibra e Ethernet backhaul, proporcionando assim o upgrade para 4G. A TMN está, atualmente, a realizar a troca da sua rede 2G para uma nova tecnologia, já preparada para 4G e, assim, espera liderar a implementação do 4G no mercado Português em linha com a sua posição de líder de mercado.

No 1T11, o capex dos outros negócios diminuiu para 21 milhões de euros, que compara com 27 milhões de euros no 1T10, em resultado, principalmente, dos investimentos realizados no 1T10 na expansão dos negócios da Dedic, nomeadamente na construção de novos sites.

# 01 Análise dos resultados consolidados

## Cash Flow

O EBITDA menos Capex ascendeu a 235 milhões de euros, aumentando 9,9% face ao 1T10, enquanto o EBITDA menos Capex dos negócios em Portugal aumentou 7,4% face ao 1T10 para 229 milhões de euros no 1T11.

No 1T11, o cash flow operacional atingiu os 315 milhões de euros, face a 24 milhões de euros no 1T10, devido, principalmente, a uma melhoria significativa no investimento em fundo de maneiio e também à melhoria do EBITDA menos Capex, como referido acima. A melhoria do desempenho no fundo de maneiio é explicada principalmente: (1) pela redução extraordinária no ciclo de pagamentos a determinados fornecedores realizada no 4T10, na sequência da entrada de fundos decorrente da transação da Vivo, levando à diminuição dos pagamentos a fornecedores no 1T11, e (2) pelo menor investimento relacionado com contas a receber nos negócios em Portugal.

Free cash flow <sup>(1)</sup>	Milhões de euros		
	1T11	1T10	Δ10/11
EBITDA menos Capex	235,2	214,1	9,9%
Itens não monetários	5,3	10,7	(50,6%)
Varição do fundo de maneiio	74,9	(200,8)	n.s.
<b>Cash flow operacional</b>	<b>315,4</b>	<b>24,0</b>	<b>n.s.</b>
Juros	4,2	(95,7)	n.s.
Reembolsos (contrib.) dos fundos de pensões, líquidos	5,0	68,5	(92,7%)
Pag. a colab. pré-reformados, suspensos e outros	(41,1)	(35,6)	15,5%
Impostos sobre o rendimento	(41,8)	(15,2)	175,6%
Dividendos recebidos	117,9	8,4	n.s.
Alienação da participação na UOL	155,5	0,0	n.s.
Reduções de capital na Brasilcel	0,0	36,1	n.s.
Outros movimentos <sup>(2)</sup>	(61,6)	3,4	n.s.
<b>Free cash flow</b>	<b>453,5</b>	<b>(6,0)</b>	<b>n.s.</b>

(1) Os valores relativos a 2010 foram ajustados de forma a reconhecer a Vivo como operação descontinuada. Exclui o impacto do investimento estratégico na Oi e na Contax. (2) No 1T11, esta rubrica incluía impostos financeiros pagos relacionados com o investimento estratégico na Oi, comissões bancárias e certos pagamentos de penalidades contratuais.

Excluindo o impacto do investimento da PT na Oi e na Contax, o free cash flow no 1T11 ascendeu a 453 milhões de euros, que compara com 6 milhões negativos no 1T10. Este desempenho é explicado principalmente: (1) pelo aumento do cash flow operacional (291 milhões de euros), como referido acima; (2) pelo montante de 156 milhões de euros recebido com a alienação da participação na UOL; (3) pelos dividendos recebidos da Unitel no 1T11 (98 milhões de euros) relativos ao ano de 2009, enquanto os dividendos relativos ao ano de 2008 tinham sido recebidos no 4T09, e (4) pela redução dos juros pagos, no valor de 100 milhões de euros, devido à diminuição da dívida líquida média e aos juros recebidos dos depósitos bancários em Reais Brasileiros utilizados no seguimento do investimento estratégico na Oi. Estes efeitos foram parcialmente compensados: (1) pela diminuição dos reembolsos líquidos dos fundos de pensões (69 milhões de euros), devido ao reembolso de 75 milhões de euros recebidos no 1T10, relacionado com o excesso de financiamento do plano de cuidados de saúde, e (2) pelo aumento do pagamento de imposto sobre o rendimento (27 milhões de euros).

## Dívida líquida consolidada

Excluindo o impacto decorrente do investimento estratégico da PT na Oi e na Contax, a dívida líquida consolidada teria ascendido a 1.648 milhões de euros em 31 de março de 2011, que compara com 2.100 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010. A redução de 451 milhões de euros resultou essencialmente do free cash flow gerado no

## 01 Análise dos resultados consolidados

período (453 milhões de euros), conforme explicado acima. A dívida líquida total em 31 de março de 2011 incluía 904 milhões de euros de contribuições a efectuar para os fundos de pensões, em resultado da transferência dos mesmos para o Estado Português. Na sequência do investimento estratégico na Oi e na Contax e após a consolidação proporcional da sua dívida, a dívida líquida consolidada aumentou para 7.429 milhões de euros. No entanto, os 2 mil milhões de euros, que ainda estão por receber da Telefónica relativos à transação da Vivo, estão registados em contas a receber. Ajustando por este montante a receber, a dívida líquida seria aproximadamente de 5.429 milhões de euros, equivalente a um rácio de cobertura do EBITDA pela dívida líquida de 2,1x.

Em 31 de março de 2011, a dívida bruta total consolidada ascendeu a 11.922 milhões de euros, dos quais 72,5% eram de médio e longo prazo e 3.749 milhões de euros são relativos à consolidação proporcional da Oi e da Contax. Excluindo a dívida bruta relativa à consolidação proporcional da Oi e da Contax, a dívida bruta teria ascendido a 8.174 milhões de euros, dos quais aproximadamente 67,9% eram de médio e longo prazo e 87,0% venciam juros a taxas fixas.

Variação da dívida líquida	Milhões de euros	
	1T11	1T10
Dívida líquida (balanço inicial como reportado)	2.099,8	5.528,0
Dívida da Vivo (a subtrair)	0,0	699,0
Dívida líquida (balanço inicial ajustado)	2.099,8	4.829,0
Free cash flow (a subtrair)	453,5	(6,0)
Aquisição de investimento estratégico na Oi e Contax	3.727,6	0,0
Alterações no perímetro de consolidação (Oi)	2.052,5	0,0
Alterações no perímetro de consolidação (GPTI)	0,0	30,8
Outros <sup>(1)</sup>	2,1	14,0
<b>Dívida líquida (balanço final)</b>	<b>7.428,5</b>	<b>4.879,7</b>
Variação da dívida líquida	5.328,7	50,7
Variação da dívida líquida (%)	253,8%	0,9%

(1) No 1T10, esta rubrica inclui essencialmente 13 milhões de euros relativos a dividendos pagos pelas subsidiárias consolidadas integralmente pela PT a acionistas não controladores.

O valor de disponibilidades de caixa e equivalentes dos negócios em Portugal, acrescido do montante disponível em linhas de crédito e papel comercial não utilizados, ascendia a 4.595 milhões de euros no final de março de 2011, dos quais 1.890 milhões de euros eram relativos a linhas de crédito e papel comercial não utilizados. Em janeiro de 2011, a PT emitiu um Eurobond no montante de 600 milhões de euros, a 5 anos e com um spread de 295pb sobre os mid swaps de maturidade semelhante, equivalente a um cupão anual de 5,625%, aumentando assim a sua liquidez e a maturidade média da sua dívida. Em março e abril de 2011, a PT contratou uma nova linha de crédito, com vários bancos líderes internacionais, no valor de 1.200 milhões de euros com maturidade em março de 2014. Esta operação enquadra-se na estratégia de financiamento da PT, a qual procura ter maturidades e fontes de financiamento diversificadas. Assim, as maturidades da dívida da PT encontram-se totalmente financiadas até ao final de 2013 e a PT tem flexibilidade financeira para continuar a investir nos seus negócios e honrar os compromissos com os seus acionistas.

No 1T11, excluindo os 51 milhões de euros de juros dos depósitos relacionados com o investimento estratégico na Oi, o custo da dívida líquida da PT situou-se em 3,6%, uma redução face a 4,8% no 1T10. Em 31 de março de 2011, a dívida líquida consolidada tinha uma maturidade de 5,6 anos. Excluindo a consolidação da Oi e da Contax, a dívida líquida consolidada tinha uma maturidade de 5,4 anos. No final de março de 2011, o rácio de cobertura do EBITDA pela dívida líquida foi de 2,8x, face a 3,2x no 1T10. Excluindo o investimento estratégico na Oi e na Contax e a

# 01 Análise dos resultados consolidados

respectiva consolidação proporcional na demonstração da posição financeira em 31 de março de 2011, o rácio de cobertura do EBITDA pela dívida líquida era de 1,1x.

## Responsabilidades com benefícios de reforma

Em 31 de março de 2011, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma (PBO) dos negócios em Portugal, relativas a pensões e cuidados de saúde, ascendiam a 471 milhões de euros e o valor de mercado dos ativos sob gestão ascendia a 425 milhões de euros, comparando com 472 milhões de euros e 448 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010, respectivamente. Adicionalmente, a PT tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 895 milhões de euros em 31 de março de 2011, que não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Esses salários são pagos diretamente pela PT aos beneficiários até à idade da reforma. Assim, as obrigações não financiadas brutas totais dos negócios em Portugal ascendiam a 941 milhões de euros em 31 de março de 2011. As responsabilidades não financiadas líquidas de impostos ascendiam a 706 milhões de euros. Os planos de benefícios de reforma da PT relativos a pensões e cuidados de saúde em Portugal estão fechados à entrada de novos participantes.

Adicionalmente, após o investimento estratégico na Oi, a PT consolidou proporcionalmente as suas responsabilidades com benefícios de reforma no valor de 52 milhões de euros, em 31 de março de 2011, relacionadas com vários planos com características diferentes, incluindo planos de contribuição definida e planos de benefícios definidos. A maioria destes planos já estão fechados a novos participantes. A Oi tem vários planos que apresentam uma situação excedentária, que não são registados como ativos por não ser possível obter reembolsos.

Responsabilidades com benefícios de reforma em Portugal	Milhões de euros	
	31 março 2011	31 dezembro 2010
Responsabilidades com pensões	128,9	129,9
Responsabilidades com cuidados de saúde	342,0	342,5
<b>Resp. projectadas com benefícios de reforma (PBO)</b>	<b>470,9</b>	<b>472,4</b>
Valor de mercado dos fundos <sup>(1)</sup>	(425,3)	(448,1)
<b>Resp. não financ. c/ pensões e cuidados de saúde</b>	<b>45,6</b>	<b>24,2</b>
Salários a pagar a empregados suspensos e pré-reformados	895,2	924,3
<b>Responsabilidades não financiadas brutas</b>	<b>940,8</b>	<b>948,6</b>
<b>Resp. não financiadas líquidas do efeito fiscal</b>	<b>705,6</b>	<b>711,4</b>
Ganhos com serviços passados não reconhecidos	17,9	18,3
Provisão para benefícios de reforma	958,7	966,9

(1) A redução no valor de mercado dos fundos resultou: (i) dos pagamentos de pensões e complementos no montante de 2,1 milhões de euros; (ii) do desempenho negativo dos ativos sob gestão no montante de 9,8 milhões de euros (equivalente a 2,2% negativos no 1T11), e (iii) do reembolso das despesas de saúde pagas anteriormente pela PT no montante de 10,9 milhões de euros.

Excluindo o impacto da alteração no perímetro de consolidação relacionada com a consolidação da Oi, o total das responsabilidades não financiadas brutas diminuíram 8 milhões de euros, para 941 milhões de euros, em 31 de março de 2011, principalmente como resultado dos pagamentos de salários a empregados suspensos e pré-reformados efetuados durante o período, no montante de 41 milhões de euros, que foram parcialmente compensados por perdas atuariais líquidas registadas no 1T11 (16 milhões de euros) e pelos custos totais com benefícios de reforma e programa de redução de efetivos reconhecidos no período (12 milhões de euros).

# 01 Análise dos resultados consolidados

Variação nas responsabilidades não financiadas brutas em Portugal	Milhões de euros	
	1T11	1T10
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo inicial)	948,6	1.467,4
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	7,6	18,3
Custos do programa de redução de efectivos	4,4	5,2
Reembolsos (contribuições) líquidos para os fundos de pensões <sup>(1)</sup>	5,0	68,5
Pag. de salários a colab. pré-reformados, suspensos e outros	(41,1)	(35,6)
Perdas (ganhos) atuariais líquidos	16,4	2,5
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo final)	940,8	1.526,3
Responsabilidades não financiadas líquidas de impostos	705,6	1.121,8

(1) No 1T11, esta rubrica inclui pagamentos por acordo de rescisão contratual no valor de 0,7 milhões de euros e reembolsos líquidos de despesas de saúde no valor de 5,6 milhões de euros.

Custos com benefícios de reforma	Milhões de euros	
	1T11	1T10
Custo com o serviço do período	0,9	2,0
Custo financeiro	13,3	50,5
Rentabilidade esperada dos fundos	(6,5)	(34,2)
Subtotal	7,6	18,3
Amortização de ganhos com serviços passados	(0,4)	(0,5)
Custo com serviço do período com transf. de respons. para Estado Português	4,8	0,0
<b>Custos com benefícios de reforma (PRBs)</b>	<b>12,0</b>	<b>17,8</b>

A diminuição dos custos com benefícios de reforma refletiu, principalmente, o impacto da transferência das obrigações dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português, concluída em dezembro de 2010.

## Capital próprio

Em 31 de março de 2011, o capital próprio excluindo interesses não controladores ascendeu a 4.315 milhões de euros, representando uma diminuição de 77 milhões de euros no 1T11, explicada principalmente: (1) pelos ajustamentos de conversão cambial negativos no montante de 136 milhões de euros, em resultado da desvalorização do real face ao euro no período, no seguimento das transferências para o Brasil para o investimento estratégico na Oi; (2) pela aquisição de ações próprias da PT pela Oi (61 milhões de euros), que para efeitos contabilísticos estão registadas como ações em tesouraria, e (3) pelas perdas atuariais líquidas relacionadas benefícios de reforma no montante de 12 milhões de euros (líquidos de impostos). Estes efeitos mais do que compensaram o resultado líquido gerado no período de 130 milhões de euros.

Variação no capital próprio (excluindo interesses não controladores)	Milhões de euros
	1T11
Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo inicial)	<b>4.392,4</b>
Resultado líquido	129,7
Ajustamentos de conversão cambial líquidos	(135,5)
Ganhos (perdas) atuariais líquidos, líquidos do efeito fiscal	(12,3)
Compra de ações de tesouraria	(61,5)
Outros	2,5
<b>Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo final)</b>	<b>4.315,4</b>
<b>Variação no capital próprio antes de interesses não controladores</b>	<b>(77,0)</b>
<b>Variação no capital próprio antes de interesses não controladores (%)</b>	<b>(1,8%)</b>

# 01 Análise dos resultados consolidados

## Investimento estratégico na Oi

Em 31 de março de 2011, a PT concluiu o investimento estratégico na Telemar Norte Leste, S.A. ("Oi") e na Contax, S.A. ("Contax") no montante total de 8.437 milhões de reais (3.728 milhões de euros). Estes investimentos estratégicos foram realizados no âmbito dos acordos celebrados com os acionistas controladores da Telemar Participações, S.A., que controla e consolida integralmente a Oi, e da CTX Participações, S.A., que por sua vez controla e consolida integralmente a Contax. No âmbito destes acordos, a PT irá desempenhar um papel fundamental no controlo estratégico, financeiro e operacional destas empresas e, conseqüentemente, consolidou proporcionalmente os ativos e passivos destas empresas na demonstração da posição financeira em 31 de março de 2011, conforme é explicado em detalhe na secção da demonstração da posição financeira consolidada.

A PT realizou os investimentos estratégicos na Oi e na Contax através das suas holdings Bratel Brasil e PT Brasil, respectivamente, tendo adquirido os interesses económicos de 25,3% na Oi e de 14,1% na Contax, através da aquisição de participações diretas nessas empresas e, indirectamente, através da aquisição de participações em empresas veículos de investimento dos acionistas controladores dessas empresas.

## Demonstração da posição financeira consolidada

As principais alterações na demonstração da posição financeira consolidada são explicadas, basicamente, pela aquisição das participações na Oi e na Contax. Esta operação estava concluída em 31 de março de 2011 e, portanto, a PT consolidou proporcionalmente os ativos e passivos destas empresas na sua demonstração da posição financeira em 31 de março de 2011.

O impacto da consolidação da Oi e da Contax na demonstração da posição financeira consolidada da PT, em 31 de março de 2011, inclui um total de ativos e passivos de 9,3 mil milhões de euros e de 6,8 mil milhões de euros, respectivamente, e interesses não controladores de 0,7 mil milhões de euros. Adicionalmente, a PT registou um goodwill preliminar de 1,8 mil milhões de euros como resultado desta transação.

Excluindo o impacto da consolidação proporcional dos investimentos na Oi e na Contax, o total dos ativos e dos passivos teria aumentado de 15,2 mil milhões de euros e 10,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2010 para 16,2 mil milhões de euros e 11,5 mil milhões de euros à data de 31 março de 2011, refletindo principalmente a emissão do Eurobond no montante de 600 milhões de euros em janeiro de 2011.

## 01 Análise dos resultados consolidados

Demonstração da posição financeira consolidada	Milhões de euros		
	31 março 2011	Antes da Oi e da Contax	31 dezembro 2010
Disponibilidades e títulos negociáveis	4.493,7	6.525,2	5.106,5
Contas a receber	3.975,8	3.215,0	3.403,2
Existências	132,2	119,2	101,5
Investimentos financeiros	393,9	385,8	539,6
Ativos intangíveis	4.916,4	1.088,9	1.111,7
Ativos tangíveis	6.430,1	3.798,0	3.874,6
Ativos com planos de benefícios de reforma	12,4	1,8	1,9
Outros ativos	1.676,0	329,5	338,1
Impostos diferidos e custos diferidos	1.474,1	689,4	692,7
<b>Total do ativo</b>	<b>23.504,6</b>	<b>16.152,7</b>	<b>15.169,9</b>
Contas a pagar	1.287,2	771,8	722,6
Dívida bruta	11.922,2	8.173,6	7.206,3
Responsabilidades com planos de benefícios de reforma	1.023,7	960,5	968,8
Outros passivos	3.074,1	1.078,4	1.063,0
Impostos diferidos e proveitos diferidos	953,1	509,8	600,1
<b>Total do passivo</b>	<b>18.260,3</b>	<b>11.494,1</b>	<b>10.560,8</b>
Capital, excluindo interesses não controladores	4.315,4	4.445,5	4.392,4
Interesses não controladores	928,8	213,1	216,7
<b>Total do capital próprio</b>	<b>5.244,3</b>	<b>4.658,6</b>	<b>4.609,1</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>23.504,6</b>	<b>16.152,7</b>	<b>15.169,9</b>

Os principais impactos decorrentes do investimento estratégico e da consolidação proporcional da Oi e da Contax na demonstração da posição financeira consolidada da PT em 31 de março de 2011 são: (1) um aumento de dívida líquida em 5.780 milhões de euros, refletindo o investimento da PT (3.728 milhões de euros) e a consolidação proporcional da dívida líquida da Oi (2.052 milhões de euros); (2) o aumento do total de ativos tangíveis e intangíveis (6.460 milhões de euros), incluindo o goodwill preliminar reconhecido como resultado desta transação (1,8 mil milhões de euros), e (3) um aumento em outros passivos e outros ativos, principalmente relacionado com provisões e depósitos judiciais.



# 02

## Evolução dos negócios

### Negócios em Portugal

As receitas dos negócios em Portugal, que incluem a rede fixa e a TMN, decresceram 7,8% no 1T11 face ao 1T10. No segmento de rede fixa, as receitas de retalho aumentaram 0,9% no 1T11 face ao 1T10, impulsionadas pelo desempenho do segmento residencial, que beneficiou do crescimento sólido e sustentado das ofertas double-play e triple-play do Meo. As receitas da rede fixa diminuíram 6,6% no trimestre face ao mesmo período no ano anterior, impactadas: (1) por menores receitas de dados e soluções empresariais (10 milhões de euros), num contexto de ambiente económico adverso, o que influenciou a evolução dos clientes empresariais e PME/SOHO, bem como a redução de alguns projetos estruturais, o que inclui menores receitas derivadas de um contrato com a administração pública relativo à oferta de banda larga nas escolas (4 milhões de euros); (2) por menores receitas de wholesale (10 milhões de euros), impactadas pela redução de 3 milhões de euros nas receitas de lacetes locais desagregados e DSL; (3) pela tendência histórica de perda no negócio de listas telefónicas (6 milhões de euros), e (4) por menores vendas de equipamentos (4 milhões de euros). O desempenho das receitas da TMN foi impactado: (1) por menores receitas de cliente (27 milhões de euros), em resultado das condições económicas, incluindo o aumento do IVA em 3pp face ao 1T10 e do aumento da popularidade dos planos tribais; (2) por menores receitas de interligação (11 milhões de euros), devido a menores MTRs, e (3) por menores vendas de equipamentos (5 milhões de euros).

Demonstração de resultados - operações portuguesas <sup>(1)</sup>	Milhões de euros		
	1T11	1T10	Δ10/11
<b>Receitas operacionais</b>	<b>735,0</b>	<b>797,2</b>	<b>(7,8%)</b>
Rede fixa	456,2	488,2	(6,6%)
Móvel • TMN	303,0	345,9	(12,4%)
Outros e eliminações	(24,2)	(36,9)	(34,4%)
<b>EBITDA <sup>(2)</sup></b>	<b>330,7</b>	<b>351,5</b>	<b>(5,9%)</b>
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	12,0	17,8	(32,4%)
Amortizações	179,1	159,7	12,2%
<b>Resultado operacional <sup>(3)</sup></b>	<b>139,5</b>	<b>174,0</b>	<b>(19,8%)</b>
Margem EBITDA	45,0%	44,1%	0,9pp
Capex	102,1	138,7	(26,4%)
Capex em % das receitas operacionais	13,9%	17,4%	(3,5pp)
EBITDA menos Capex	228,5	212,8	7,4%

(1) As operações domésticas incluem os segmentos de rede fixa, TMN, a PT Inovação, PT SI, PT Pro, PT Contact e PT Sales. (2) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

No 1T11, o EBITDA dos negócios em Portugal diminuiu 5,9% face ao 1T10 para 331 milhões de euros. A margem EBITDA aumentou 0,9pp face ao 1T10 para 45,0%. No 1T11, o EBITDA da rede fixa manteve-se estável (-0,2% face ao 1T10), o melhor desempenho dos últimos dezoito trimestres, beneficiando do facto da base de clientes dos serviços de TV por subscrição ter atingido massa crítica, confirmando assim o sucesso do Meo enquanto factor chave na inversão da tendência no negócio de rede fixa. É de destacar que, no 1T11, as despesas de programação por cliente decresceram 14% face ao 1T10. Este sólido desempenho do EBITDA no segmento da rede fixa foi atingido num contexto de menor contribuição do negócio de listas telefónicas para as receitas e para o EBITDA, que decresceram 6 milhões de euros e 2 milhões de euros, respectivamente. O EBITDA da TMN diminuiu 12,2% face ao 1T10. A margem EBITDA cresceu 0,1 pp face ao mesmo período do ano anterior para 47,5%. As despesas

## 02 Evolução dos negócios

operacionais, excluindo amortizações, diminuíram 12,5% face ao 1T10, refletindo a disciplina da PT no controlo de custos e os benefícios da integração fixo-móvel.

No 1T11, o capex dos negócios em Portugal diminuiu 26,4% face ao 1T10, para 102 milhões de euros, refletindo: (1) o menor capex de cliente, não obstante o crescimento dos serviços de TV por subscrição, embora menor do que o verificado em 2010; (2) o menor capex de infraestrutura, beneficiando dos esforços significativos realizados em 2009 e 2010 com a cobertura de FTTH, e (3) o menor investimento em infraestrutura histórica, na sequência da implementação de FTTH.

O EBITDA menos Capex dos negócios em Portugal aumentou 7,4% no 1T11 face ao 1T10, para 229 milhões de euros, em resultado do enfoque na redução de custos, na melhoria da rentabilidade e no compromisso no aumento da geração de cash flow.

### Rede fixa

Dados operacionais • rede fixa			
	1T11	1T10	Δ10/11
Acessos ('000)	4.922	4.674	5,3%
Acessos de retalho	4.578	4.279	7,0%
PSTN/RDIS	2.683	2.732	(1,8%)
Linhas geradoras de tráfego	2.597	2.610	(0,5%)
Pré-seleção	87	122	(28,9%)
Banda larga fixa de retalho	1.019	901	13,2%
Clientes de TV	876	646	35,6%
Acessos de wholesale	344	395	(13,0%)
Lacetes locais desagregados	231	278	(17,2%)
Acessos ORLA	62	64	(3,5%)
Banda larga fixa wholesale	51	53	(2,6%)
Adições líquidas ('000)	39	87	(54,7%)
Acessos de retalho	52	89	(42,2%)
PSTN/RDIS	(12)	(14)	13,4%
Linhas geradoras de tráfego	(4)	(2)	(72,7%)
Pré-seleção	(9)	(12)	28,4%
Banda larga fixa de retalho	18	39	(53,1%)
Clientes de TV	46	65	(29,4%)
Acessos de wholesale	(12)	(3)	n.s.
Lacetes locais desagregados	(11)	(2)	n.s.
Acessos ORLA	(0)	1	(132,5%)
Banda larga fixa wholesale	(1)	(1)	37,3%
RGU de retalho por acesso <sup>(1)</sup>	1,71	1,57	9,0%
ARPU (euros)	30,3	30,3	(0,0%)
Tráfego total (milhões de minutos)	2.638	2.724	(3,1%)
Tráfego de retalho	1.138	1.166	(2,4%)
Tráfego de wholesale	1.501	1.557	(3,7%)
Trabalhadores	6.145	6.479	(5,2%)

(1) Acessos de retalho por acessos PSTN/RDIS

No 1T11, as adições líquidas de retalho atingiram 52 mil em resultado do crescimento do serviço de TV por subscrição, que assegurou 46 mil adições líquidas, elevando o total dos clientes de TV por subscrição para 876 mil

## 02 Evolução dos negócios

(+ 35,6% que no 1T10). As adições líquidas de banda larga fixa, no trimestre, ascenderam a 18 mil, com a base de clientes de banda larga fixa a aumentar 13,2% face ao 1T10. Em resultado deste sólido desempenho, impulsionado pelo Meo, e de acordo com o relatório do 4T10 emitido pela ANACOM, o regulador Português de telecomunicações, a PT tem aumentado a sua quota de mercado nos serviços de TV por subscrição e na banda larga fixa nos últimos onze trimestres consecutivos.

As linhas geradoras de tráfego decresceram apenas 4 mil no 1T11, refletindo também o impacto positivo das ofertas triple-play. Os desligamentos líquidos de linhas voz foram de 12 mil, o que inclui 9 mil desligamentos líquidos de linhas em pré-seleção, que agora correspondem apenas a 87 mil linhas (3,2% do total das linhas PSTN/RDIS).

A penetração de clientes de TV por subscrição atingiu 33,7% das linhas geradoras de tráfego (+9,0 pp face ao 1T10) e 85,9% da base de clientes de banda larga fixa (+14,2 pp face ao 1T10), um sólido desempenho considerando que o serviço de TV por subscrição foi lançado, em termos nacionais, apenas em abril de 2008. Em resultado, os clientes de TV por subscrição e de banda larga fixa já representam 41,4% dos acessos totais de retalho (+5,2 pp face ao 1T10), reforçando assim, ainda mais, a migração do negócio de rede fixa da PT de um operador single-play para um operador triple-play. O sucesso dos serviços de TV por subscrição continua a estar sustentado no sólido desempenho do segmento residencial. Com efeito, os clientes residenciais de TV por subscrição (818 mil no final do 1T11, mais 36,0% face ao 1T10) representavam já 49% das linhas fixas residenciais e 98% dos acessos de banda larga, impulsionados pelo sucesso da estratégia triple-play da PT, implementada a partir de abril de 2008.

Durante o 1T11, a PT continuou a comercializar o seu serviço de fibra óptica, que tem cada vez mais suportado o desempenho da rede fixa, em particular nas áreas urbanas com elevado ARPU e também nas áreas mais competitivas. Os clientes de fibra, no final de março de 2011, ascendiam a 147 mil, representando já uma taxa de penetração de 14,7% sobre o total de casas passadas com FTTH no final do ano. Em fevereiro de 2011, o FTTH Council, integrado nos seus Innovation Awards, atribuiu à PT o prémio para implantação e operações pela sua estratégia "I5", que é parte integrante do seu plano de implementação de FTTH. Os cinco pilares da inovação ("I5"), no contexto de uma transformação FTTH, são: (1) a implantação de rede e operações; (2) a prestação de serviços; (3) a convergência de serviços; (4) a transformação do negócio, e (5) o estabelecimento de um ecossistema de parcerias. Este prémio reconhece, assim, a estratégia da PT, a sua execução operacional e o sucesso das suas parcerias com os líderes da indústria de forma a proporcionar os melhores serviços aos seus clientes.

O número de RGUs de retalho por acesso, medido pelo número de acessos de retalho por linhas PSTN / RDIS, continuou a aumentar com a implementação da oferta de TV por subscrição, ofertas double-play e triple-play, tendo ascendido a 1,71 no 1T11 (+9,0% face ao 1T10), o que compara com 1,68 no 4T10 e com 1,57 no 1T10.

Os acessos dos concorrentes, que incluem acessos de wholesale e em pré-seleção, decresceram 21 mil no 1T11, refletindo a diminuição dos acessos em lacetes locais desagregados (-11 mil) e das linhas em pré-seleção (-9 mil).

O Meo continua a oferecer várias características que diferenciam significativamente a sua proposta de valor, incluindo: (1) video-on-demand real (VoD), com funcionalidades semelhantes às do DVD e um catálogo de mais de 2.500 filmes, incluindo de alta definição ("HD") e alguns conteúdos 3D; (2) catch-up TV; (3) guia eletrónico de programação para 7 dias; (4) gravação de canais de TV, permitindo programação remota através de internet ou telemóvel, permitindo ainda uma gravação fácil, através de um clique, de séries completas e PVR multiroom para clientes com mais do que uma set-top-box; (5) serviços de valor acrescentado, tais como jogos e karaoke; (6)

## 02 Evolução dos negócios

diversas aplicações interativas, e (7) conteúdos e funcionalidades personalizados para crianças, especialmente desenhados para um ambiente "Meo Kids".

No 1T11, o Meo continuou a inovar com a introdução de aplicações interativas sobre conteúdos "âncora" de canais lineares - "Festival RTP da Canção", um aplicativo interativo exclusivo, desenvolvido em parceria com a RTP, que é um exemplo desta experiência, assim como o canal interativo exclusivo, "Peso Pesado", desenvolvido em parceria com a SIC, que alarga a versão portuguesa do concurso "Biggest Loser", com edição semanal na SIC, em canal aberto, a um canal dedicado, com 4 horas diárias de conteúdos exclusivos, incluindo um aplicativo interativo "pressione o botão vermelho" que dá acesso a conteúdos adicionais, tais como os desafios diários, sessões de trabalho, entrevistas e muito mais.

No 1T11, o Meo lançou vários novos canais HD: (1) Food Network HD, para enriquecer o alinhamento dos canais Lifestyle, também lançado em SD; (2) Mezzo Live HD, com os mais conhecidos eventos de Música Clássica, Jazz, Ópera e Ballet, com um som e qualidade de imagem excepcionais; (3) o Travel Channel HD, um dos canais de viagens mais visto, agora também em HD, e (4) Sony Entertainment HD.

Também no 1T11, o Meo deu mais um passo na execução da sua estratégia multiplataforma, adicionando canais de televisão ao vivo ao serviço MEO Online. O serviço MEO Online oferece aos clientes a possibilidade de alugar e visualizar conteúdos VoD no PC (tal como na TV) e a possibilidade de assistir a 18 canais de TV ao vivo no PC, transformando assim o Meo numa plataforma multiscreen, proporcionando uma experiência abrangente de TV através da TV, do PC e do telemóvel.

Em termos de VoD, o Meo lançou também uma nova e importante funcionalidade - o Meo Videoclube Card - um cartão pré-pago que permite aos clientes alugar filmes, permitindo um maior controlo sobre os gastos e, assim, facilitar a penetração do serviço VoD em segmentos de clientes mais sensíveis ao preço.

O catálogo de VoD, que inclui blockbusters de seis estúdios de Hollywood, tem sido um elemento chave na diferenciação do serviço, dado que mais de 40% dos clientes do Meo IPTV já usaram o serviço a pagar, consumindo em média 2,3 filmes por mês. É relevante destacar que, este trimestre, foi também marcado pelo lançamento do primeiro filme em 3D disponível em VoD. Os filmes mais vistos no 1T11 foram o "Karate Kid", seguido de "A Origem" e de "Miúdos e Graúdos". No trimestre, os clientes que utilizaram VoD, a pagar, aumentaram 43,2% face ao 1T10 e 3,3% face ao trimestre anterior. As receitas de VoD aumentaram 26,1% face ao 1T10, tornando-se num importante contributo para o crescimento do ARPU e das receitas de TV por subscrição.

No 1T11, o Meo continuou a acrescentar e a melhorar os aplicativos da sua barra de widgets interativos. O widget Facebook sofreu melhorias significativas e foi lançado um novo aplicativo que destaca conteúdos de surf - a Liga Meo Prosurf - um aplicativo interativo exclusivo com transmissão ao vivo de todas as fases dos concursos nacionais de surf.

Estes novos serviços, canais, funcionalidades e melhoria da interatividade têm o objetivo de reforçar os conteúdos do Meo e a experiência de televisão, permitindo assim uma maior diferenciação quando comparado com outras ofertas de TV por subscrição no mercado.

As campanhas de marketing do Meo continuam a beneficiar da maior notoriedade no mercado de TV por subscrição em Portugal. No 1T11, o Meo lançou uma forte campanha comparativa, descrevendo as notórias vantagens da velocidade do seu serviço de internet, da experiência de gravação e da experiência de zapping. Ainda

## 02 Evolução dos negócios

no 1T11, a PT também lançou uma nova campanha enfatizando os benefícios e as principais características diferenciadoras da sua rede de fibra FTTH, que apresenta uma vantagem estrutural comparativamente a outras tecnologias de acesso. No 1T11, o indicador de recordação comprovada por anúncio foi superior a 40% e o de recordação espontânea de anúncios foi superior a 45%, bem à frente de qualquer outra marca concorrente no sector.

Em resultado do forte investimento em inovação e tecnologia, o serviço Meo sobre fibra foi classificado pela Exame Informática, uma revista portuguesa especializada e independente, como o melhor serviço de TV por subscrição e o mais sofisticado em termos de tecnologia e funcionalidades. Esta extensa comparação com o concorrente de cabo foi efectuada no início de 2011, tendo sido publicada em fevereiro de 2011. O Meo foi considerado o melhor serviço em várias categorias, incluindo: (1) largura de banda da internet; (2) gravação de vídeo digital; (3) vídeo on demand; (4) qualidade de som; (5) set-top-box, e (6) consumo de energia.

Nos últimos meses, a PT lançou várias ofertas verticais para os segmentos empresarial e PME/SOHO, de forma a disponibilizar ofertas diferenciadas e convergentes, adaptadas a diferentes sectores, com o objetivo de fortalecer a posição da PT no mercado. Adicionalmente, a PT efetuou várias iniciativas para fortalecer o seu enfoque comercial no segmento PME/SOHO com ações desenvolvidas e objetivos estabelecidos para os três principais canais incluindo: (1) em loja: definição de promoções para aumentar o tráfego, melhorar a comunicação e novos planos de incentivos para aumentar a eficiência das vendas; (2) gestores de produto/cliente: partilha das melhores práticas, definição de limites mínimos para a atividade comercial e novos planos de incentivos destinados à promoção do cross selling e da convergência, e (3) contact centre: design de ofertas específicas para vendas de outbound, simplificação dos processos de venda e de aprovisionamento e enfoque renovado no cross selling. Estas iniciativas estão já a produzir resultados, com o aumento de 62%, em março de 2011, do número de contactos comerciais, por comparação a janeiro de 2011 e com o crescimento, no mesmo período, de 10% nos novos clientes convergentes. Como resultado, no trimestre, a perda de linhas no segmento de PME/SOHO foi reduzida, 3 mil linhas face a 8 mil no 1T10 e a 18 mil no 1T09. Em maio de 2011, foram desenhadas e lançadas para o segmento de PME/SOHO novas ofertas convergentes verticais, destinadas a reforçar a convergência entre as telecomunicações, fixas e móveis, e as TI.

Em dezembro de 2010, a PT recebeu a Certificação na ISO 20000 para serviços de Cloud Computing, para gestão de tecnologias de informação, gestão de segurança e em infraestrutura de Data centres. Esta certificação acrescenta uma marca de qualidade à capacidade de oferta de serviço da PT, reforçando a sua posição nas áreas de serviços de tecnologia de informação dirigidos para os segmentos empresarial e PME/SOHO. No sector empresarial, que tem sido impactado por difíceis condições de negociação, a PT continuou a alargar o âmbito dos serviços para aumentar a sua share of wallet através da: (1) maximização da extração de valor em telecomunicações core através da migração para serviços baseados em VPNs e LANs mais sofisticadas; (2) consolidação de TI e serviços cloud, dando prioridade a PC e servidor IaaS (Infrastructure as a Service) e SaaS (Security as a Service), (3) preparando o terreno para novos fluxos de receitas e novas linhas de negócio, tal como a estratégia triple-device, ancorada nos smartphones, tablets e notebooks e serviços M2M, e (4) abordagem das necessidades específicas dos clientes através de soluções por medida e enfoque no outsourcing e BPO.

O serviço de apoio a clientes continuou a ser uma prioridade chave, na medida em que a PT se esforça por melhorar a experiência do utilizador em todos os segmentos de mercado. Em resultado dos esforços contínuos na implementação do Meo e no desenvolvimento de infraestruturas de futuro, nomeadamente tecnologias FTTH, e, não obstante o forte crescimento de clientes Meo comparativamente ao 1T10, o número de reclamações decresceu 19% e o número de chamadas para o call centre diminuiu 30%.

## 02 Evolução dos negócios

No 1T11, as receitas operacionais da rede fixa diminuirão 6,6% face ao 1T10 (32 milhões de euros), para 456 milhões de euros, impactadas por: (1) menores receitas de dados e soluções empresariais (10 milhões de euros), que refletem condições económicas desafiantes, assim como a redução de alguns projetos estruturantes, tal como o “Projecto Escolas” (4 milhões de euros); (2) um decréscimo das receitas de wholesale (10 milhões de euros), especialmente nas receitas de lacetes locais desagregados e de DSL; (3) menores receitas geradas pelo negócio de listas telefónicas (6 milhões de euros), e (4) menores vendas de equipamento (4 milhões de euros).

No trimestre, as receitas de retalho aumentaram 0,9% face ao 1T10, para 246 milhões de euros, impulsionadas pelo forte e contínuo desempenho das ofertas triple-play do Meo (voz, dados e TV por subscrição), consolidando assim a inversão das tendências no negócio de rede fixa. Este desempenho das receitas de retalho está a ser alcançado através do crescimento das receitas de TV por subscrição e de banda larga fixa e do aumento de quota de mercado no segmento residencial. A PT oferece serviços de double-play e triple-play atrativos e diferenciadores, que estão a atenuar o declínio das receitas de tráfego internacional, num ambiente de forte concorrência, e das receitas de tráfego fixo móvel, à medida que o tráfego de voz se tende a tornar mais on-net. Em resultado do sólido desempenho do Meo, as receitas de retalho do segmento residencial aumentaram 7,8% no 1T11 face ao 1T10, o que compara com o crescimento de 5,2% no 4T10 e de 5,4% em 2010 face a 2009, refletindo os benefícios com a alteração do modelo do negócio residencial da PT de ofertas single-play para triple-play.

Demonstração dos resultados • rede fixa <sup>(1)</sup>	Milhões de euros		
	1T11	1T10	Δ10/11
<b>Receitas operacionais</b>	<b>456,2</b>	<b>488,2</b>	<b>(6,6%)</b>
Retalho	245,8	243,7	0,9%
Serviços a operadores (wholesale)	109,6	119,6	(8,3%)
Dados e soluções empresariais	67,7	77,3	(12,4%)
Outras receitas de rede fixa	33,1	47,6	(30,6%)
<b>Custos operacionais, excluindo PRBs e amortização</b>	<b>268,1</b>	<b>299,6</b>	<b>(10,5%)</b>
Custos com pessoal	51,6	58,4	(11,6%)
Custos diretos dos serviços prestados	102,3	106,5	(4,0%)
Custos comerciais	22,5	28,0	(19,8%)
Outros custos operacionais	91,7	106,7	(14,0%)
<b>EBITDA <sup>(2)</sup></b>	<b>188,1</b>	<b>188,5</b>	<b>(0,2%)</b>
Custos com benefícios de reforma	12,0	17,8	(32,5%)
Amortizações	123,8	105,9	16,9%
<b>Resultado operacional <sup>(3)</sup></b>	<b>52,3</b>	<b>64,9</b>	<b>(19,4%)</b>
Margem EBITDA	41,2%	38,6%	2,6pp
Capex	82,4	112,4	(26,7%)
Capex em % das receitas operacionais	18,1%	23,0%	(5,0pp)
EBITDA menos Capex	105,7	76,2	38,7%

(1) Inclui transações intragrupo. (2) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

Tal como em trimestres anteriores, o desempenho das receitas de retalho foi impulsionado pelo crescimento nas RGUs de retalho de 52 mil, nomeadamente nos clientes de TV por subscrição (46 mil adições líquidas no trimestre), nos clientes de banda larga de elevada qualidade (14 mil adições líquidas de clientes pós-pagos) e na resiliência das linhas geradoras de tráfego. O desempenho das receitas de retalho continuou a beneficiar do sucesso da implementação da estratégia de TV por subscrição, não obstante a forte concorrência de outros operadores fixos e de cabo, bem como dos operadores móveis, tanto em voz como em banda larga.

## 02 Evolução dos negócios

As receitas de wholesale decresceram 8,3% no 1T11 face ao 1T10, para 110 milhões de euros, impactadas pelo decréscimo nas receitas de circuitos alugados (-10,4% face ao 1T10), nas receitas de tráfego (-4,8% face ao 1T10) e nas outras receitas. Este desempenho é explicado pela diminuição no trimestre das receitas de lacetes locais desagregados, de linhas de assinatura de wholesale e de receitas de linhas wholesale ADSL (3 milhões de euros), explicado pelos investimentos de outros operadores na suas redes.

As receitas de dados e de soluções empresariais decresceram 12,4% no 1T11 face ao 1T10, em resultado da diminuição das receitas de gestão de redes, outsourcing e TI (-15,7% face ao 1T10) e de VPN e circuitos alugados (-10,2% face ao 1T10), num contexto de condições económicas desafiantes que afetam os segmentos PME/SOHO e empresarial, nomeadamente devido à forte pressão sobre os preços e à redução em alguns projetos estruturantes relacionados com a administração pública (4 milhões de euros).

As outras receitas diminuíram 30,6% no 1T11 face ao 1T10, principalmente em resultado da diminuição de 31,5% no negócio de listas telefónicas (6 milhões de euros), refletindo a tendência histórica de perda no negócio de listas telefónicas, e da redução de 41,8% das vendas de equipamentos (4 milhões de euros).

No 1T11, o EBITDA manteve-se estável face ao 1T10 (-0,2%), beneficiando do enfoque na redução de custos e da base de clientes de TV por subscrição ter atingido massa crítica. Este desempenho assinala uma melhoria robusta (-5,3% no 4T10, -5,9% no 3T10, -6,4% no 2T10 e -9,4% no 1T10), o melhor desempenho dos últimos dezoito trimestres, não obstante o investimento na promoção do serviço de TV por subscrição, das ofertas triple-play e a pressão nos preços nos segmentos PME/SOHO e empresarial. Este sólido desempenho no segmento de rede fixa foi atingido num cenário de menor contribuição para as receitas e para o EBITDA do negócio de listas telefónicas, que decresceram 6 milhões de euros e 2 milhões de euros, respectivamente. É também de realçar que, no 1T11, o EBITDA cresceu sequencialmente 1,8% face ao trimestre anterior. As despesas operacionais, excluindo amortizações e PRBs, decresceram 10,5% face ao 1T10 (32 milhões de euros), não obstante o aumento dos custos de programação (+19,1% face ao 1T10, 5 milhões de euros) e embora os custos de programação por cliente tenham diminuído 14% face ao mesmo período do ano anterior. O aumento nos custos de programação resultou da maior abrangência da oferta de conteúdos e da maior captação de serviços premium e VoD. No 1T11, os custos de manutenção e reparação diminuíram 4,9% face ao 1T10, para 22 milhões de euros, suportados por um menor tempo médio na resolução de avarias e por um aumento da produtividade dos técnicos da field force. Este desempenho favorável é o resultado do contínuo enfoque na melhoria da rentabilidade dos negócios e das vantagens iniciais com a implementação da rede FTTH, que é mais robusta que as redes históricas. No 1T11, as despesas com pessoal decresceram 11,6% face ao 1T10, para 52 milhões de euros, em resultado do forte enfoque na redução de custos e também beneficiando do programa de redução de efectivos. Os custos comerciais, que reduziram em 19,8% face ao 1T10, para 22 milhões de euros, refletem a diminuição dos custos de marketing e publicidade e a rigorosa disciplina nos custos. A margem EBITDA, que atingiu 41,2% no 1T11, aumentou 2,6pp face ao 1T10, o melhor desempenho desde o 3T06 e confirmando claramente a melhoria sustentada na tendência histórica no seguimento do lançamento das ofertas triple-play e do serviço de TV por subscrição e do contínuo enfoque no controlo de custos.

O capex decresceu de 112 milhões de euros no 1T10 para 82 milhões de euros no 1T11 (-26,7%), apesar dos contínuos esforços na implementação de tecnologias de futuro, nomeadamente FTTH. Em resultado do enfoque da PT na eficiência e no cash flow, o EBITDA menos Capex cresceu 38,7% no 1T11 face ao 1T10, para 106 milhões de euros, sendo que os outros investimentos diminuíram, nomeadamente em backbone de infraestrutura de rede

## 02 Evolução dos negócios

SI/TI, beneficiando dos significativos investimentos efetuados em 2008 e 2009 e das sinergias resultantes da integração fixo-móvel.

### Móvel

No 1T11, o total de clientes da TMN aumentou 2,1% face ao 1T10, para 7.414 mil, impulsionado pelos clientes de banda larga móvel, com adições líquidas trimestrais de 14 mil clientes pós-pagos e diminuições líquidas de 19 mil clientes pré-pagos. Apesar do aumento da popularidade dos planos tribais em trimestres anteriores, os novos planos de preços lançados para o segmento pessoal, com a marca “e nunca mais acaba” e “TMN unlimited” estão a ganhar dinâmica. No 1T11, os clientes pós-pagos representavam 31,1% da base total de clientes. O crescimento dos clientes pós-pagos foi também conseguido em resultado do contínuo crescimento da penetração da banda larga móvel.

#### Dados operacionais • móvel <sup>(1)</sup>

	1T11	1T10	Δ10/11
Clientes ('000)	7.414	7.264	2,1%
Adições líquidas ('000)	(5)	11	n.s.
Tráfego total (milhões de minutos)	2.588	2.508	3,2%
MOU (minutos)	116	115	0,9%
ARPU (euros)	12,6	14,7	(14,2%)
Cliente	11,3	12,8	(11,7%)
Interligação	1,2	1,7	(30,5%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	26,9	23,3	3,6pp
SARC (euros)	32,9	26,6	23,6%
Trabalhadores	1.037	1.000	3,7%

(1) Inclui subscritores MVNO.

No 1T11, a TMN continuou a investir significativamente na diferenciação e no reforço do seu portfólio de equipamentos com o lançamento de novos smartphones, tal como a comercialização exclusiva do Sony Ericsson Xperia™ Play, o primeiro telemóvel em todo o mundo a integrar a Playstation, lançado já em abril de 2011. A TMN tem a oferta mais abrangente de smartphones no mercado móvel Português, incluindo: (1) os mais conhecidos sistemas operacionais: Windows Mobile, Android, RIM, Symbian e Apple, e (2) uma vasta gama de smartphones de vários fabricantes. A TMN também continuou a investir no desenvolvimento e na comercialização de smartphones de marca própria e de baixo custo, com o objetivo de massificar o mercado, tal como o Sapo a5. Os smartphones de marca própria são catalisadores do mercado e promovem o aumento da popularidade destes equipamentos. Para reforçar a sua oferta de dados, a TMN também comercializa tablets, disponibilizando o Huawei S7 e o Samsung Galaxy Tab.

Integrando a sua estratégia de serviços de dados e de valor acrescentado, a TMN também tem investido significativamente em novos serviços, já alinhados com as tendências futuras do mercado, dos quais devem ser destacados: (1) Music Box, um serviço integrado para telemóveis, PCs e TV, que permite o acesso a um catálogo de milhões de músicas, com acesso imediato e streaming ilimitado, das principais empresas de música do mundo. Esta oferta também inclui 10 downloads de mp3 por mês, gratuitos para clientes com planos ilimitados e, após um período de experimentação de três meses, com um preço de 4,99 euros por mês para os restantes planos; (2) loja de aplicações da TMN que disponibiliza aplicações das áreas de desporto, notícias, entretenimento, jogos, livros e utilitários, aproveitando a vasta experiência e a presença do portal Sapo da PT no mundo online e as parcerias com entidades externas; (3) Meo Mobile, que disponibiliza 40 canais de TV no telemóvel, em diversas categorias, tais



## 02 Evolução dos negócios

como informação, desporto, entretenimento, crianças e outras, e (4) pond, um serviço agregador que permite o acesso a múltiplas contas pessoais e a várias contas de redes sociais.

Esta oferta de serviços e aplicações é complementada com o serviço "internetnotemóvel" que permite o acesso à internet em telemóveis em qualquer lugar a qualquer momento e que, também, permite o acesso ao inovador portal móvel da TMN.

Em 2011, a TMN tem vindo a reforçar a sua estratégia direcionada ao segmento jovem. Após o lançamento do Music Box, e aproveitando a sua presença no SWtmn, um dos principais festivais de verão em Portugal, em março de 2011 a TMN lançou a rádio SWtmn, para alargar o alinhamento do festival ao longo do ano. A Rádio SWtmn está disponível através de uma estratégia de multiplataforma, baseada na rádio, computador, equipamento móvel e televisão através do Meo.

No 2S10 e no 1T11, a TMN redesenhou a sua estrutura tarifária para o segmento pessoal, com o objetivo de reforçar a proposta de valor das suas ofertas pré-pagas, de aumentar a penetração nos segmentos de elevado valor e de simplificar as suas ofertas comerciais. Esta abrangente alteração culminou com o lançamento, em janeiro de 2011, de um novo plano tarifário pré-pago com a marca "e nunca mais acaba", que está direcionado para o mercado de grande consumo.

O novo plano tarifário "e nunca mais acaba" tem por base três características principais: (1) controlo de custos, com comunicações gratuitas e ilimitadas para clientes TMN; (2) simplicidade e clareza, dado que estes planos pré-pagos incluem voz e SMS ilimitados para a rede TMN, quer em períodos off-peak quer durante todo o dia, de acordo com uma política de justa utilização, e acesso à internet, incluindo 500MB de capacidade de download, com um preço mensal que varia entre 10 euros e 25 euros, e (3) subscrição fácil e informada, com uma linha grátis de IVR dedicada a esta nova oferta e com o redesenho do layout das lojas, com uma nova área e um especialista de produto para um aconselhamento personalizado, com base nas preferências dos clientes, e para uma migração e ativação imediata

Em janeiro de 2011, a TMN alargou o conceito de novos planos tarifários ao lançar ainda o novo plano tarifário "all net unlimited", que inclui tráfego para todas as redes nacionais. Estes novos planos têm tipos de preços semelhantes aos do "TMN unlimited" lançados em julho de 2010 e que a TMN continuou a comercializar no trimestre. Estes planos de preços foram desenhados para alavancar na popularidade crescente dos smartphones em Portugal e incluem serviços de voz e acesso de banda larga à internet (no início 500 MB e desde o lançamento dos planos "e nunca mais acaba" de 1GB de internet móvel mais consumo Wi-Fi ilimitado em 1.600 hotspots da PT), enquanto que ao mesmo tempo garantem níveis mínimos de consumo de 30 euros (tráfego on-net ilimitado, incluindo SMS e MMS, sujeitos a política de utilização razoável) e de 100 euros (tráfego on-net e off-net ilimitado, incluindo SMS e MMS, sujeitos a política de utilização razoável).

A TMN continua, também, a comercializar os planos tribais orientados para o segmento jovem, "Moche". A partir de 1 de dezembro de 2010 para novos clientes, e a partir de 1 de janeiro de 2011 para os actuais clientes, o carregamento mensal ou obrigatório destes planos tribais foi aumentado. Esta oferta inclui agora uma opção com uma mensalidade de 12,5 euros (anteriormente de 10 euros) e uma outra opção sem um custo mensal, embora sujeito a um carregamento mínimo de 15 euros a cada 30 dias (anteriormente de 12,5 euros).

Em resultado do investimento da TMN em: (1) melhorar a experiência de utilização dos seus serviços de voz e dados; (2) melhorar a qualidade dos seus processos de atendimento a clientes; (3) alargar a disponibilidade de

## 02 Evolução dos negócios

ferramentas de self-care, e (4) simplificar as ofertas e a fiabilidade dos serviços, no 1T11 o número de chamadas para o centro de atendimento ao cliente e o número de queixas de clientes da TMN, quando comparados com o 1T10 e o ano de 2010, caíram 3% e 6%, respectivamente. Destaca-se, igualmente, que no 1T11 o número de reclamações de clientes de banda larga da TMN decresceu 26% face ao 1T10, refletindo a melhoria da experiência do utilizador e a qualidade da rede TMN.

No 1T11, o ARPU de cliente da TMN foi de 11,3 euros (-11,7% face ao 1T10), principalmente em resultado: (1) do aumento da penetração dos serviços de voz e de dados nos segmentos de mercado de menor valor, e (2) do aumento da popularidade dos planos tribais direcionados para o segmento jovem, que refletem o aumento da competitividade no mercado. O ARPU de interligação diminuiu 30,5% face ao 1T10, com as taxas de terminação a diminuírem sequencialmente em 0,5 cêntimos de euro, para 4,5 cêntimos de euro, a partir de 24 de fevereiro de 2011, de acordo com a descida de taxas definida pela ANACOM, o regulador Português de telecomunicações. Em resultado, o ARPU da TMN ascendeu a 12,6 euros no 1T11 (-14,2% face ao 1T10).

No 1T11, o tráfego total aumentou 3,2% face ao 1T10, para 2.588 milhões de minutos, impulsionado pelo tráfego de saída que aumentou 6,6% face ao 1T10, enquanto o tráfego de entrada diminuiu 9,9% face ao mesmo período do ano anterior. Não obstante o crescimento resiliente do volume de tráfego, principalmente devido ao aumento da penetração dos planos tribais e do crescimento da base de clientes (+2,1% no final do período), no 1T11 o crescimento abrandou sequencialmente. Em resultado do menor crescimento dos volumes de tráfego, em conjunto com o contínuo crescimento dos cartões de dados móveis, o MoU aumentou apenas 0,9% no trimestre face ao 1T10.

No 1T11, as receitas da TMN ascenderam a 303 milhões de euros, uma diminuição de 12,4% face ao 1T10 (43 milhões de euros), principalmente devido ao: (1) decréscimo de 11 milhões de euros nas receitas de interligação, em resultado do impacto negativo de 7 milhões de euros de menores MTRs; (2) ao decréscimo de 27 milhões de euros nas receitas de cliente, num cenário de condições económicas desafiantes, nomeadamente o aumento do IVA em 3 pp face ao 1T10, e de maior penetração dos planos tribais, e (3) ao decréscimo de 23,2% face ao 1T10 das vendas de equipamento (5 milhões de euros). As receitas de dados cresceram 1,4% no 1T11 face ao 1T10, apesar: (1) do impacto dos planos tribais nas receitas de SMS, e (2) do contínuo crescimento da banda larga fixa. No 1T11, as receitas de dados e SMS representavam 26,9% das receitas de serviço (+3,6pp face ao 1T10).

Durante o trimestre, a TMN continuou focada no rigoroso controlo de custos. No 1T11, o EBITDA atingiu 144 milhões de euros (-12,2% face ao 1T10), diminuindo 20 milhões de euros, face a uma diminuição das receitas de 43 milhões de euros e de 28 milhões de euros nas receitas líquidas de serviço (receitas de serviço menos custos diretos). Este desempenho é resultado do corte de custos na TMN, dado que as outras despesas operacionais diminuíram 17,2% face ao 1T10, refletindo uma disciplina de custos rigorosa nas áreas de atendimento ao cliente, de manutenção de rede e dos custos gerais e administrativos. No 1T11, a margem EBITDA foi de 47,5%, estável quando comparada com o 1T10. As despesas operacionais, excluindo amortizações, decresceram 12,5% no 1T11 face a 1T10, para 159 milhões de euros, em resultado da disciplina operacional e de controlo de custos: (1) menores custos diretos (-17,9% face ao 1T10, para 51 milhões de euros), devido a menores MTRs e a uma maior proporção do tráfego on-net, não obstante maiores custos com capacidade, que estão associados à oferta de serviços de dados e ao crescimento do tráfego de voz, e (2) redução dos outros custos operacionais (-17,2% face ao 1T10). As outras despesas operacionais beneficiaram de menores custos de manutenção e reparação, o que resulta da gestão integrada e mais eficiente das redes fixa e móvel, da otimização da área de serviço ao cliente e de reduções adicionais em custos gerais e administrativos. Os custos comerciais diminuíram 1,2% face ao 1T10, para 46 milhões de euros, não obstante o aumento das comissões e dos custos de marketing e de publicidade, em

## 02 Evolução dos negócios

resultado do investimento no marketing dos novos planos tarifários “e nunca mais acaba” e “all net unlimited” e da forte concorrência em certos segmentos do mercado. Os custos com pessoal decresceram 4,2% face ao 1T10, devido a reestruturações internas em curso.

Demonstração dos resultados • móvel <sup>(1)</sup>	Milhões de euros		
	1T11	1T10	Δ10/11
<b>Receitas operacionais</b>	<b>303,0</b>	<b>345,9</b>	<b>(12,4%)</b>
Prestação de serviços	281,5	320,7	(12,2%)
Cliente	252,0	279,2	(9,7%)
Interligação	26,5	37,3	(28,9%)
Roamers	2,9	4,2	(31,2%)
Vendas	17,6	22,9	(23,2%)
Outras receitas operacionais	4,0	2,2	76,8%
<b>Custos operacionais, excluindo amortizações</b>	<b>159,0</b>	<b>181,8</b>	<b>(12,5%)</b>
Custos com pessoal	11,4	11,9	(4,2%)
Custos diretos dos serviços prestados	50,7	61,8	(17,9%)
Custos comerciais	45,7	46,3	(1,2%)
Outros custos operacionais	51,2	61,8	(17,2%)
<b>EBITDA <sup>(2)</sup></b>	<b>144,0</b>	<b>164,1</b>	<b>(12,2%)</b>
Amortizações	52,8	51,4	2,7%
<b>Resultado operacional <sup>(3)</sup></b>	<b>91,2</b>	<b>112,7</b>	<b>(19,1%)</b>
Margem EBITDA	47,5%	47,4%	0,1pp
Capex	19,0	23,5	(19,3%)
Capex em % das receitas operacionais	6,3%	6,8%	(0,5pp)
EBITDA menos Capex	125,0	140,6	(11,1%)

(1) Inclui transações intragrupo. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

O capex diminuiu 19,3% no 1T11 face ao 1T10, para 19 milhões de euros, equivalente a 6,3% das receitas (-0,5pp face ao 1T10). A diminuição no capex da TMN é explicada, principalmente, pelo forte enfoque na geração de cash flow e na rentabilidade, pelas sinergias da integração fixo-móvel e pela gestão dos negócios em Portugal por segmentos de clientes. O capex da TMN continuou a ser dirigido, principalmente, para a expansão da capacidade e da cobertura de rede, nomeadamente nas principais cidades e nas principais autoestradas. O capex de infraestrutura manteve-se estável, em resultado do contínuo enfoque na oferta de voz móvel e de serviços de dados de elevada qualidade e para acomodar a maior utilização de voz e de dados. A qualidade da rede da TMN continua a destacar-se no contexto do mercado Português pelo seu grau de cobertura e pela sua fiabilidade, tanto na voz como na banda larga. No mais recente estudo publicado pela Anacom, o regulador Português das telecomunicações, a TMN foi considerada o operador Português com melhor cobertura, tanto nas cidades como nas principais estradas e autoestradas, para os serviços móveis de banda larga. Adicionalmente, a TMN tem vindo a reforçar ainda mais as suas capacidades nas áreas de dados móveis e qualidade de rede, aproveitando a implementação de FTTH já existente para aumentar a qualidade da sua rede móvel e liderar a implementação do 4G no mercado Português.

Em resultado do rigoroso enfoque na geração de cash-flow, na rentabilidade e no corte de custos, o EBITDA menos Capex da TMN ascendeu a 125 milhões de euros no 1T11.

## 02 Evolução dos negócios

### Negócios Internacionais

No 1T11, os ativos internacionais, numa base proforma, aumentaram as suas receitas proporcionais em 26,7% face ao 1T10, para 163 milhões de euros, enquanto o EBITDA aumentou 4,1% face ao 1T10, para 53 milhões de euros, melhorando a tendência verificada em 2010 e apesar da desvalorização do kwanza angolano.

Demonstração de resultados proporcional dos ativos internacionais <sup>(1)</sup>		Milhões de euros		
	1T11	1T10	Δ10/11	
<b>Receitas operacionais</b>	<b>163,2</b>	<b>128,7</b>	<b>26,7%</b>	
<b>EBITDA <sup>(2)</sup></b>	<b>52,8</b>	<b>50,7</b>	<b>4,1%</b>	
Amortizações	15,3	12,6	21,7%	
<b>Resultado operacional <sup>(3)</sup></b>	<b>37,5</b>	<b>38,2</b>	<b>(1,7%)</b>	
Margem EBITDA	32,4%	39,4%	(7,0pp)	

(1) A consolidação pró-forma dos ativos internacionais, considerando as participações detidas pela PT. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos do programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

Dest. dos princ. ativos em África e na Ásia (1T11) <sup>(1)</sup>							Milhões (financeiros)	
	Posição	Rec. local	Δ10/11	EBITDA local	Δ10/11	Margem	Rec. euro	EBITDA euro
Unitel, Angola <sup>(2) (4)</sup>	25,00%	396	12,3%	220	1,0%	55,4%	290	161
MTC, Namíbia <sup>(3) (4)</sup>	34,00%	362	5,2%	188	2,1%	52,0%	38	20
CVT, Cabo Verde <sup>(3) (4)</sup>	40,00%	1.904	2,8%	1.085	2,7%	57,0%	17	10
CTM, Macau <sup>(2)</sup>	28,00%	906	39,9%	318	11,4%	35,1%	83	29
CST, S.Tomé e Príncipe <sup>(3) (4)</sup>	51,00%	76.848	7,8%	19.221	(1,4%)	25,0%	3	1
Timor Telecom, Timor-Leste <sup>(3)</sup>	41,12%	15	16,6%	8	19,4%	56,2%	11	6

(1) Referente a 100% das empresas. A PT tem contratos de gestão na CVT, CST e Timor Telecom. (2) Método de equivalência patrimonial. (3) Método de consolidação integral. (4) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT.

No 1T11, as receitas e o EBITDA da Unitel, em kwanzas angolanos, aumentaram face ao 1T10, 16,6% e 7,0%, respectivamente, e em dólares, aumentaram 12,3% e 1,0%, para 396,1 milhões de dólares e 219,6 milhões de dólares, respectivamente. No 1T11, a Unitel continuou a expandir a sua atividade, tanto em Luanda como noutras regiões do país, tendo lançado diversas campanhas para promover a utilização do serviço de voz e dados e roaming.

No 1T11, as receitas e o EBITDA da MTC cresceram 5,2% e 2,1% face ao 1T10, atingindo 362,1 milhões de dólares namibianos e 188,3 milhões de dólares namibianos, respectivamente. Este desempenho das receitas foi conseguido apesar da diminuição das MTRs e de promoções com significativas ofertas de tráfego para reforçar a posição competitiva das campanhas. Excluindo o impacto da redução das MTRs (-40% face ao preço médio no 1T10), as receitas e o EBITDA teriam aumentado 7,3% e 4,7% face ao 1T10, respectivamente. No 1T11, a margem EBITDA foi de 52,0%. As receitas de dados representavam 22,0% das receitas de serviço. No 1T11, a MTC centrou a sua atividade comercial e de marketing: (1) no lançamento de soluções Blackberry para ofertas pós-pagas e pré-pagas, reforçando assim a sua oferta de smartphones; (2) em campanhas para promover a utilização de serviços, e (3) em impulsionar o crescimento dos clientes de banda larga uma vez que a MTC tem uma cobertura de 95% e já oferece velocidades de download de até 7,2 Mbps.

As receitas e o EBITDA da CVT aumentaram 2,8% e 2,7% no 1T11 face ao 1T10 para 1.904 milhões de escudos cabo-verdianos e 1.085 milhões de escudos cabo-verdianos, respectivamente. A margem EBITDA foi de 57,0%. No 1T11, as receitas móveis foram impactadas positivamente pelo crescimento das receitas de interligação mas foram

## 02 Evolução dos negócios

afectadas negativamente pelas receitas de roaming. As receitas da rede fixa foram positivamente influenciadas pelo crescimento do tráfego internacional e pelas receitas de banda larga. No 1T11, a CVT lançou: (1) novas ofertas comerciais para o segmento empresarial com uma nova marca, a CVT Negócios; (2) diversas campanhas para estimular a utilização de SMS, e (3) novos canais de TV, para fortalecer a dinâmica do mercado IPTV. Os clientes de banda larga e de IPTV aumentaram significativamente, representando 23,9% e 10,9% da base de clientes da rede fixa, respectivamente.

No 1T11, as receitas operacionais e o EBITDA da CTM aumentaram 39,9% e 11,4% face ao 1T10, para 906,2 milhões de patacas e para 318,5 milhões de patacas, respectivamente. A margem EBITDA foi de 35,1%. O crescimento das receitas foi conseguido em resultado do aumento da venda de equipamentos. As receitas de serviço do segmento móvel aumentaram 14,8% face ao 1T10, em resultado do crescimento das receitas de dados e de roaming. As receitas de dados representavam 19,1% das receitas de serviço do segmento móvel. No 1T11, a CTM lançou várias campanhas de marketing com o objetivo de aumentar o número de clientes de smartphones e de banda larga móvel.

No 1T11, as receitas operacionais da CST aumentaram 7,8% face ao 1T10, para 76.848 milhões de dobras são tomenses e o EBITDA diminuiu 1,4%, face ao 1T10, para 19.221 milhões de dobras são tomenses. A margem EBITDA situou-se em 25,0%. O desempenho do EBITDA foi negativamente impactado por um novo imposto sobre os fornecedores estrangeiros e pelo aumento dos custos comerciais. Excluindo o impacto fiscal, o EBITDA teria aumentado 6,2% face ao 1T10. No 1T11, os clientes do segmento móvel ultrapassaram uma penetração de mais de 63% do país.

No 1T11, as receitas e o EBITDA da Timor Telecom aumentaram 16,6% e 19,4% face ao 1T10, para 15,1 milhões de dólares e para 8,5 milhões de dólares, respectivamente, principalmente em resultado do forte aumento da base de clientes. No final do trimestre, a Timor Telecom tinha 515 mil clientes móveis. A margem EBITDA foi de 56,2%. As receitas de dados representavam 15,6% das receitas de serviço do segmento móvel. No 1T11, a Timor Telecom: (1) lançou uma nova campanha para celebrar ter atingido 500 mil clientes móveis; (2) melhorou a sua oferta comercial com o lançamento de diversas campanhas para estimular a utilização de voz e de dados, e (3) fortaleceu a sua rede de distribuição.

# Demonstrações financeiras consolidadas

**PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.****DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS**

TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010

	Notas	1T11	1T10 (reexpresso)
<b>euros</b>			
<b>OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>			
<b>RECEITAS</b>			
Prestações de serviços		836.773.462	859.015.863
Vendas		23.824.130	31.516.442
Outras receitas		10.520.476	16.346.258
	5	<b>871.118.068</b>	<b>906.878.563</b>
<b>CUSTOS, PERDAS E (GANHOS)</b>			
Custos com o pessoal		156.770.781	149.635.678
Custos diretos dos serviços prestados		124.858.849	133.702.429
Custos comerciais		72.754.171	84.514.015
Fornecimentos e serviços externos		142.220.167	140.182.136
Impostos indiretos		11.766.537	10.999.270
Provisões e ajustamentos		5.311.303	10.748.607
Amortizações	13	196.359.967	172.406.083
Custos com benefícios de reforma, líquidos	6	12.045.973	17.822.567
Custos de redução de efetivos	6	4.403.203	5.178.162
Ganhos com a alienação de ativos fixos, líquidos		(86.171)	(610.870)
Outros custos, líquidos		2.814.606	4.490.849
		<b>729.219.386</b>	<b>729.068.926</b>
<b>Resultado antes de resultados financeiros e impostos</b>	5	<b>141.898.682</b>	<b>177.809.637</b>
<b>CUSTOS E (GANHOS) FINANCEIROS</b>			
Juros suportados (obtidos), líquidos	5 e 7	(17.317.460)	59.087.011
Ganhos em empresas participadas, líquidos	5	(80.180.563)	(38.764.596)
Outros custos financeiros, líquidos	5 e 8	41.907.002	4.877.328
		<b>(55.591.021)</b>	<b>25.199.743</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>197.489.703</b>	<b>152.609.894</b>
Imposto sobre o rendimento	5 e 9	47.968.128	38.718.221
<b>Resultado das operações continuadas</b>		<b>149.521.575</b>	<b>113.891.673</b>
<b>OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>			
Resultado das operações descontinuadas	10	-	15.254.845
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>149.521.575</b>	<b>129.146.518</b>
Atribuível a interesses não controladores		19.792.588	28.830.770
<b>Atribuível a acionistas da Portugal Telecom</b>	11	<b>129.728.987</b>	<b>100.315.748</b>
<b>Resultado líquido por ação</b>			
Básico	11	0,15	0,11
Diluído	11	0,15	0,11
<b>Resultado líquido por ação das operações continuadas</b>			
Básico	11	0,15	0,11
Diluído	11	0,15	0,11

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

		euros	
	Notas	1T11	1T10
<b>Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio</b>			
Ajustamentos de conversão cambial			
Conversão de operações em moeda estrangeira (i)		(110.814.522)	204.882.473
Transferências para resultados (ii)	12	(37.794.036)	-
Benefícios de reforma			
Perdas atuariais, líquidas	6	(16.351.201)	(2.450.887)
Efeito fiscal	9	4.087.800	649.485
Contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros			
Variação no valor de mercado		2.443.141	(3.003.701)
Transferências para resultados		874.015	958.309
Efeito fiscal		(879.046)	542.029
Outros custos reconhecidos diretamente no capital próprio, líquidos		1.124.618.156	516.318
		<b>966.184.307</b>	<b>202.094.026</b>
<b>Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados</b>			
		<b>149.521.575</b>	<b>129.146.518</b>
<b>Total dos resultados reconhecidos</b>		<b>1.115.705.882</b>	<b>331.240.544</b>
Atribuível a interesses não controladores		1.131.218.114	82.343.747
<b>Atribuível aos acionistas da Portugal Telecom</b>		<b>(15.512.232)</b>	<b>248.896.797</b>

- (i) As perdas registadas no trimestre findo em 31 de março de 2011 estão relacionadas essencialmente com o impacto nos investimentos na Oi e na Contax resultante da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro, de 2,2177 em 31 de dezembro de 2010 para 2,3058 em 31 de março de 2011. Os ganhos registados no trimestre findo em 31 de março de 2010 decorrem principalmente do impacto da valorização do Real Brasileiro face ao Euro, de 2,5113 em 31 de dezembro de 2009 para 2,4043 em 31 de março de 2010, no investimento anteriormente detido pela Portugal Telecom na Brasilcel (170 milhões de euros), o qual foi alienado à Telefónica em setembro de 2010.
- (ii) Esta rubrica corresponde ao valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial relativos ao investimento na UOL, o qual foi reclassificado para a demonstração dos resultados na sequência da conclusão da alienação deste investimento em janeiro de 2011 (Nota 12).

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.



	Notas	31 mar 2011	31 dez 2010
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo corrente</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		3.843.539.159	4.764.732.734
Investimentos de curto prazo		628.959.647	341.772.444
Contas a receber		3.982.984.817	3.384.124.217
Existências		132.242.265	101.515.755
Impostos a recuperar		346.830.836	37.545.321
Custos diferidos		129.350.050	39.617.800
Outros ativos correntes		264.995.013	25.647.001
Ativos não correntes detidos para venda	12	-	160.448.046
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>9.328.901.787</b>	<b>8.855.403.318</b>
<b>Ativo não corrente</b>			
Contas a receber		13.961.044	19.113.062
Investimentos financeiros		393.863.006	379.198.216
Ativos intangíveis	13	4.916.376.405	1.111.692.584
Ativos tangíveis	13	6.430.107.478	3.874.613.414
Benefícios de reforma	6	12.447.633	1.927.991
Ativos por impostos diferidos	9	1.319.500.583	653.075.198
Outros ativos não correntes		1.089.408.233	274.908.378
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>14.175.664.382</b>	<b>6.314.528.843</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>23.504.566.169</b>	<b>15.169.932.161</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Dívida de curto prazo	14	3.283.212.249	951.921.279
Contas a pagar		1.075.299.809	711.489.295
Acréscimos de custos		902.732.834	558.974.927
Proveitos diferidos		285.761.459	287.808.093
Impostos a pagar		438.755.045	57.410.840
Provisões	15	296.190.167	87.683.131
Outros passivos correntes		187.284.584	28.391.592
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>6.469.236.147</b>	<b>2.683.679.157</b>
<b>Passivo não corrente</b>			
Dívida de médio e longo prazo	14	8.638.982.990	6.254.380.288
Impostos a pagar		316.258.378	3.805.301
Provisões	15	660.901.145	40.947.202
Benefícios de reforma	6	1.023.666.148	968.792.596
Passivos por impostos diferidos	9	655.509.107	311.597.337
Outros passivos não correntes		495.734.711	297.585.145
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>11.791.052.479</b>	<b>7.877.107.869</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>18.260.288.626</b>	<b>10.560.787.026</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital social		26.895.375	26.895.375
Ações próprias		(239.562.419)	(178.071.827)
Reserva legal		6.773.139	6.773.139
Reserva de ações próprias		6.970.320	6.970.320
Reserva de reavaliação		682.559.589	693.283.402
Outras reservas e resultados acumulados		3.831.809.734	3.836.598.153
<b>Capital próprio excluindo interesses não controladores</b>		<b>4.315.445.738</b>	<b>4.392.448.562</b>
Interesses não controladores		928.831.805	216.696.573
<b>Total do capital próprio</b>		<b>5.244.277.543</b>	<b>4.609.145.135</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>23.504.566.169</b>	<b>15.169.932.161</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS**  
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 2011

	euros								
	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses não controladores	Interesses não controladores	Total do capital próprio
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>26.895.375</b>	<b>(178.071.827)</b>	<b>6.773.139</b>	<b>6.970.320</b>	<b>722.108.135</b>	<b>733.636.104</b>	<b>1.318.311.246</b>	<b>1.069.135.212</b>	<b>2.387.446.458</b>
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(10.738.920)	(10.738.920)
Aquisições, alienações e aumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	8.666.366	8.666.366
Impacto fiscal relativo à componente de capital dos empréstimos por obrigações convertíveis	-	-	-	-	-	(15.143.542)	(15.143.542)	-	(15.143.542)
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	(11.322.714)	159.903.763	148.581.049	53.512.977	202.094.026
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	100.315.748	100.315.748	28.830.770	129.146.518
<b>Saldo em 31 de março de 2010</b>	<b>26.895.375</b>	<b>(178.071.827)</b>	<b>6.773.139</b>	<b>6.970.320</b>	<b>710.785.421</b>	<b>978.712.073</b>	<b>1.552.064.501</b>	<b>1.149.406.405</b>	<b>2.701.470.906</b>

	euros								
	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses não controladores	Interesses não controladores	Total do capital próprio
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>26.895.375</b>	<b>(178.071.827)</b>	<b>6.773.139</b>	<b>6.970.320</b>	<b>693.283.402</b>	<b>3.836.598.153</b>	<b>4.392.448.562</b>	<b>216.696.573</b>	<b>4.609.145.135</b>
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(10.068.434)	(10.068.434)
Participação recíproca da Oi na Portugal Telecom (Nota 2)	-	(61.490.592)	-	-	-	-	(61.490.592)	-	(61.490.592)
Interesses não controladores relacionados com a aquisição da Oi e da Contax (Nota)	-	-	-	-	-	-	-	715.740.244	715.740.244
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	(10.723.813)	(134.517.406)	(145.241.219)	1.111.425.526	966.184.307
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	129.728.987	129.728.987	19.792.588	149.521.575
<b>Saldo em 31 de março de 2011</b>	<b>26.895.375</b>	<b>(239.562.419)</b>	<b>6.773.139</b>	<b>6.970.320</b>	<b>682.559.589</b>	<b>3.831.809.734</b>	<b>4.315.445.738</b>	<b>2.053.586.497</b>	<b>6.369.032.235</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

**PORTUGAL TELECOM SGPS, S.A.**
**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA**

TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010

		euros	
	Notas	1T11	1T10 (reexpresso)
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes		1.052.978.226	1.022.848.499
Pagamentos a fornecedores		(375.715.306)	(551.816.195)
Pagamentos ao pessoal		(147.757.535)	(136.439.078)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	16.a	(41.804.775)	(15.168.582)
Pagamentos (recebimentos) relacionados com benefícios de reforma	6	(36.114.871)	32.950.546
Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros		(78.116.917)	(72.458.889)
<b>Fluxos das atividades operacionais de operações continuadas</b>		<b>373.468.822</b>	<b>279.916.301</b>
<b>Fluxos das atividades operacionais de operações descontinuadas</b>	10	-	<b>101.974.556</b>
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>373.468.822</b>	<b>381.890.857</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Aplicações financeiras de curto prazo	16.b	325.018.837	8.813.919
Investimentos financeiros	16.c	155.586.883	1.246.810
Ativos tangíveis e intangíveis		309.508	6.651.267
Juros e proveitos similares	16.d	136.690.790	5.058.574
Dividendos	16.e	96.752.121	52.434.554
Outras atividades de investimento		1.443.046	414.561
		<b>715.801.185</b>	<b>74.619.685</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Aplicações financeiras de curto prazo	16.b	(612.206.040)	(15.147)
Investimentos financeiros	16.f	(2.031.591.861)	(110.000)
Ativos tangíveis e intangíveis		(175.178.833)	(241.358.240)
Outras atividades de investimento		(14.586.447)	-
		<b>(2.833.563.181)</b>	<b>(241.483.387)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento de operações continuadas</b>		<b>(2.117.761.996)</b>	<b>(166.863.702)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento de operações descontinuadas</b>	10	-	<b>(48.369.675)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>(2.117.761.996)</b>	<b>(215.233.377)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	16.g	1.351.481.260	6.449.681.773
Subsídios		8.982	1.100.570
Outras atividades de financiamento		117.043	16.294
		<b>1.351.607.285</b>	<b>6.450.798.637</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	16.g	(374.961.386)	(5.716.200.854)
Juros e custos similares		(144.955.378)	(100.780.929)
Dividendos		(1.104.338)	(13.225.115)
Outras atividades de financiamento		(16.393)	(373.201)
		<b>(521.037.495)</b>	<b>(5.830.580.099)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento de operações continuadas</b>		<b>830.569.790</b>	<b>620.218.538</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento de operações descontinuadas</b>	10	-	<b>(128.031.672)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>830.569.790</b>	<b>492.186.866</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		4.764.732.734	1.449.516.549
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(913.723.384)	658.844.346
Efeito das diferenças de câmbio		(7.470.191)	13.383.705
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>3.843.539.159</b>	<b>2.121.744.600</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## **Portugal Telecom, SGPS, S.A.**

### **Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

**Em 31 de março de 2011**

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado o contrário)

#### **1. Introdução**

A Portugal Telecom, SGPS, SA ("Portugal Telecom") e as suas empresas participadas ("Grupo", "Grupo Portugal Telecom", ou "Empresa") prestam serviços de telecomunicações e multimédia em Portugal, no Brasil e em outros países ou regiões, incluindo África.

Em 28 de março de 2011, a Portugal Telecom concluiu o processo de aquisição do seu investimento na Oi e na Contax e os acordos com os acionistas controladores destas empresas, por um montante total de 8.437 milhões de Reais Brasileiros.

A Telemar Norte Leste, S.A. ("Telemar"), a qual utiliza a marca Oi, é a empresa líder de prestação de serviços de telecomunicações no mercado brasileiro e o maior operador fixo de telecomunicações na América do Sul em termos de clientes ativos. No seguimento dos aumentos de capital realizados em 28 de março de 2011 pela Telemar Participações, S.A. ("Telemar Participações"), Tele Norte Leste Participações, S.A. ("TNL") e Telemar, a Portugal Telecom adquiriu uma participação direta e indireta de 25,3% na Telemar por um montante total de 8,32 mil milhões de Reais Brasileiros. Nos termos desta aquisição, a Portugal Telecom passou a partilhar o controlo das decisões financeiras e operacionais estratégicas, pelo que a Portugal Telecom consolida proporcionalmente a sua participação direta e indireta na Telemar Participações (25,6%), a qual consolida integralmente a TNL e a Telemar. Esta transação foi concluída no seguimento do acordo de intenções celebrado, em 28 de julho de 2010, pela Portugal Telecom juntamente com a Andrade Gutierrez Participações, SA ("AG") e a LF Tel, SA ("LF"), dois dos maiores acionistas da Telemar Participações, o qual estabelece os princípios para o desenvolvimento de uma parceria estratégica entre a Portugal Telecom e o Grupo Oi.

O objetivo desta parceria estratégica entre a Portugal Telecom e a Oi é o desenvolvimento de uma plataforma global de telecomunicações que venha a permitir a cooperação em diversas áreas, tendo em vista, entre outros aspetos, partilhar melhores práticas, obter economias de escalas, implementar iniciativas de investigação e desenvolvimento, desenvolver novas tecnologias, expandir internacionalmente, particularmente na América Latina e em África, diversificar os serviços prestados aos clientes, maximizar sinergias e reduzir custos, e oferecer constantemente serviços de qualidade aos clientes empresariais e individuais, procurando criar e acrescentar valor aos acionistas. No âmbito desta parceria, está previsto por exemplo que, entre outros objetivos, a Oi viesse a utilizar parte do montante recebido pelo aumento de capital acima mencionado para adquirir até 10% das ações em circulação da Portugal Telecom. Em 31 de março de 2011, a Oi tinha adquirido 26.895.360 ações da Portugal Telecom, representativas de 3,1% das ações em circulação. Conforme referido mais abaixo, a participação da Portugal Telecom neste investimento foi classificada como ações próprias na sua Demonstração Consolidada da Posição Financeira e ascendia a 61 milhões de euros (Nota 2).

Adicionalmente, em 28 de março de 2011, a Portugal Telecom também concluiu a aquisição de uma participação de 16,2% na CTX Participações, S.A. ("CTX") por um montante de 116 milhões de Reais Brasileiros (50 milhões de euros). A CTX controla e consolida integralmente a Contax, S.A. ("Contax"), uma das empresas líderes em serviços corporativos e a empresa líder em contact centres no Brasil. Em resultado desta aquisição, a Portugal Telecom adquiriu uma participação direta e indireta (através da AG e da LF) de 42,0% na CTX e de 14,1% na Contax. A CTX, que controla e consolida integralmente a Contax, é consolidada proporcionalmente nas

demonstrações financeiras da Portugal Telecom, considerando os direitos de governo societário atribuídos à Portugal Telecom no âmbito dos acordos de acionistas celebrados pela Empresa. O próximo passo desta operação é a fusão da Dedic/GPTI com a Contax, no seguimento da qual a Portugal Telecom espera passar a deter uma participação direta e indireta de 44,0% na CTX. De acordo com a legislação brasileira que regula este tipo de transações, será constituído um comité independente para analisar o rácio de troca e efetuar uma recomendação ao Conselho de Administração da Contax. A fusão está sujeita a aprovação no Conselho de Administração de ambas as empresas.

Durante o ano de 2010, a Vivo passou a ser classificada como operação descontinuada na sequência do acordo celebrado com a Telefónica em 28 de julho de 2010 para a venda da sua participação de 50% na Brasilcel, operação concluída em setembro de 2010. Consequentemente, a informação financeira relativa ao segmento móvel no Brasil foi reexpressa nas demonstrações financeiras de modo a ser apresentada como uma operação descontinuada.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para publicação em 25 de maio de 2011.

## **2. Bases de apresentação**

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade Nº. 34 "IAS 34 Relato Financeiro Intercalar". Estas demonstrações financeiras não incluem toda a informação requerida pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Adicionalmente, são divulgadas no relatório de gestão intercalar explicações complementares sobre as principais variações nos proveitos e custos, pelo que estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares deverão ser lidas em conjunto com esse relatório de gestão.

Nestas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são utilizados os mesmos princípios de consolidação aplicados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do último relatório anual.

## Alterações no perímetro de consolidação

A principal alteração ocorrida no perímetro de consolidação está relacionada com a aquisição de participações diretas e indiretas na Oi e na Contax, no seguimento da qual a Portugal Telecom passou a consolidar proporcionalmente os ativos e passivos das empresas a 31 de março de 2011, tal como mencionado acima. O investimento na Oi foi concretizado diretamente através da aquisição de uma participação nessa empresa e indiretamente através de uma aquisição de participação no capital dos acionistas controladores da Oi, enquanto o investimento na Contax foi concretizado mediante a aquisição de uma participação no capital da CTX. O investimento na Oi e na Contax foi realizado pelas subsidiárias da Portugal Telecom, Bratel Brasil, S.A. e Portugal Telecom Brasil, S.A., respectivamente, e encontra-se estruturado da seguinte forma:

Empresa	Notas	Sede	Atividade	Participação em 31 de março de 2011	
				Direta	Efetiva
Bratel Brasil, SA		São Paulo	Gestão de investimentos.		100,0%
PASA Participações, S.A.		Belo Horizonte	Gestão de investimentos.	Bratel Brasil, S.A. (35,0%)	35,0%
EDSP75 Participações, S.A.		São Paulo	Gestão de investimentos.	Bratel Brasil, S.A. (35,0%)	35,0%
AG Telecom Participações, S.A.		Belo Horizonte	Gestão de investimentos.	PASA Participações, S.A. (100%)	35,0%
Luxemburgo Participações, S.A.		Belo Horizonte	Gestão de investimentos.	AG Telecom Participações, S.A. (100%)	35,0%
LF Tel, S.A.		São Paulo	Gestão de investimentos.	EDSP75 Participações, S.A. (100%)	35,0%
Telemar Participações, S.A.	(a)	Rio de Janeiro	Gestão de investimentos.	Bratel Brasil, S.A. (12,1%); AG Telecom Participações, S.A. (12,9%); Luxemburgo Participações, S.A. (6,5%); LF Tel, S.A. (19,4%)	25,6%
Tele Norte Leste Participações, S.A.	(b)	Rio de Janeiro	Gestão de investimentos.	Bratel Brasil, S.A. (10,5%); Luxemburgo Participações, S.A. (2,4%); LF Tel, S.A. (2,4%); Telemar Participações (22,2%)	17,9%
Telemar Norte Leste, S.A.	(c)	Rio de Janeiro	Concessionária dos serviços de telecomunicações no Brasil.	Bratel Brasil, S.A. (9,4%); Luxemburgo Participações, S.A. (3,3%); LF Tel, S.A. (3,3%); Telemar Participações (3,8%); TNL (70,5%)	25,3%
Portugal Telecom Brasil, S.A.		São Paulo	Gestão de investimentos.		100,0%
CTX Participações, S.A.	(a)	Rio de Janeiro	Gestão de investimentos.	Portugal Telecom Brasil, S.A. (16,2%); AG Telecom Participações, S.A. (25,4%); Luxemburgo Participações, S.A. (11,4%); LF Tel, S.A. (36,8%)	42,0%
Contax Participações, S.A.	(d)	Rio de Janeiro	Gestão de investimentos.	CTX Participações (33,5%)	14,1%
Contax, S.A.		Rio de Janeiro	Prestação de serviços de telecomunicações, de transmissão de dados e informações	Contax Participações (100%)	14,1%

- (a) No âmbito dos termos da aquisição da Oi e da Contax e do acordo celebrado com os acionistas controladores, a Portugal Telecom passou a partilhar o controlo destas empresas a nível de estratégia financeira e de decisões operacionais, resultando na consolidação proporcional da posição acionista direta e indireta na Telemar Participações (25,6%), que consolida integralmente a TNL, Telemar e todas as suas subsidiárias, e na CTX (42,0%), que consolida integralmente a Contax Participações, Contax e suas subsidiárias.
- (b) Os direitos de voto da Telemar Participações na TNL são 56,4%.
- (c) Os direitos de voto da TNL na Telemar são 98,0%.
- (d) Os direitos de voto da CTX na Contax são 69,3%.

Tal como mencionado acima, o Grupo Oi é líder no fornecimento de serviços de telecomunicações no mercado brasileiro, através da Telemar Norte Leste e suas subsidiárias, como segue:

- Telemar fornece o serviço fixo de telefone na Região I do Brasil;
- TNL PCS, S.A. fornece o serviço móvel de telefone na Região I e III do Brasil (99,7% detido pela Telemar);
- Brasil Telecom, S.A. ("Brasil Telecom") fornece o serviço fixo de telefone na Região II do Brasil (49,3% indiretamente detido pela Telemar, com direitos de voto de 79,6%);
- 14 Brasil Telecom Celular, S.A. fornece o serviço móvel de telefone na Região II do Brasil (100% detida pela Brasil Telecom, S.A.);

O detalhe dos ativos líquidos da Telemar, Contax e dos seus acionistas controladores, que são consolidados proporcionalmente na Demonstração Consolidada da Posição Financeira da Portugal Telecom, e do *goodwill* apurado preliminarmente no âmbito da transação acima mencionada é como segue:

	Milhões		
	28-mar-2011 ( data de aquisição) (i)		31-mar-2011 (i)
	Reais Brasileiros	euros	euros
<b>Ativos</b>	<b>21.424</b>	<b>9.466</b>	<b>9.291</b>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 16)	3.911	1.728	1.696
Contas a receber correntes	1.749	773	759
Impostos a recuperar correntes	691	305	300
Depósitos judiciais correntes (ii)	479	212	208
Ativos tangíveis (Nota 13)	6.069	2.681	2.632
Ativos intangíveis (Nota 13)	4.702	2.077	2.039
Impostos diferidos (Nota 9)	1.554	686	674
Depósitos judiciais não correntes (ii)	1.790	791	776
Benefícios de reforma (Nota 6)	25	11	11
Outros (iii)	454	201	197
<b>Passivos</b>	<b>15.601</b>	<b>6.892</b>	<b>6.766</b>
Dívida corrente (Nota 14)	1.513	668	656
Contas a pagar correntes	961	424	417
Acréscimos de custos correntes	845	374	367
Impostos a pagar correntes	733	324	318
Provisões correntes (Nota 15)	492	217	213
Dívida não corrente (Nota 14)	7.131	3.150	3.092
Impostos a pagar não correntes (iv)	719	317	312
Provisões não correntes (Nota 15)	1.422	628	617
Benefícios de reforma (Nota 6)	146	64	63
Impostos diferidos (Nota 9)	815	360	353
Outros (v)	825	364	358
<b>Ativos líquidos adquiridos</b>	<b>5.822</b>	<b>2.573</b>	<b>2.525</b>
Interesses não controladores	1.650	729	716
<b>Sub-total</b>	<b>4.172</b>	<b>1.844</b>	<b>1.809</b>
Ações próprias adquiridas (Nota 1) (vi)	142	61	61
<b>Sub-total</b>	<b>4.314</b>	<b>1.906</b>	<b>1.871</b>
Goodwill (Nota 13) (vii)	4.123	1.822	1.788
<b>Preço de aquisição (Note 16)</b>	<b>8.437</b>	<b>3.728</b>	<b>n.a.</b>

- (i) Os montantes em 28 de março de 2011 correspondem aos ativos líquidos adquiridos na data de aquisição, enquanto os montantes em 31 de março de 2011 correspondem aos ativos líquidos consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom naquela data. A diferença entre estes montantes foi reconhecida diretamente no capital próprio e incluída na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral na rubrica "Ajustamentos de Conversão Cambial".
- (ii) Estas rubricas correspondem a depósitos judiciais relacionados com contingências civis, laborais e fiscais intentadas por terceiros contra as empresas adquiridas (Nota 15), incluindo os processos relativos aos quais a perda foi considerada como provável e aqueles em que a perda foi considerada como possível. Estes depósitos judiciais estão incluídos nas rubricas "Outros ativos correntes" e "Outros ativos não correntes" da Demonstração Consolidada da Posição Financeira da Portugal Telecom.
- (iii) Esta rubrica inclui essencialmente custos diferidos e impostos a recuperar não correntes.
- (iv) Os impostos a pagar não correntes referem-se a dois programas de financiamento da dívida federal em vigor no Brasil, no âmbito dos quais as empresas inscrevem uma parcela substancial da sua dívida vencida até 30 de novembro de 2008 junto da Fazenda Nacional e do Instituto Nacional da Segurança Social.
- (v) Esta rubrica inclui essencialmente contas a pagar não correntes, relacionadas com licenças a pagar à Anatel, e proveitos diferidos.
- (vi) Em 31 de março de 2011, a Oi tinha uma participação de 3,1% na Portugal Telecom, adquirida no final de março de 2011. De acordo com a IAS 27, este investimento foi registado como ações próprias na Demonstração Consolidada da Posição Financeira da Portugal Telecom. Esta aquisição foi efetuada no âmbito da parceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e a Oi (Nota 1).
- (vii) A diferença entre o preço de aquisição e o valor contabilístico dos ativos líquidos adquiridos foi preliminarmente alocada a *goodwill*. Subsequentemente, a Empresa irá proceder à alocação do preço de compra ao valor de mercado dos ativos líquidos adquiridos.

Caso a Oi e a Contax tivessem sido consolidadas proporcionalmente desde 1 de janeiro de 2011, os valores proforma das receitas operacionais consolidadas e do resultado líquido antes de interesses não-controladores da Portugal Telecom, para o trimestre findo em 31 de março de 2011, seriam como segue:

	milhões de euros		
	Valores reportados	Efeito da Oi e da Contax	Informação pro-forma
Receitas operacionais	871	890	1.761
Resultado líquido (antes de interesses não controladores)	150	(65)	85

Com exceção do mencionado acima, não ocorreram quaisquer outras alterações relevantes no perímetro de consolidação do Grupo durante o período de três meses findo em 31 de março de 2011.

Adicionalmente, durante o ano 2010, a Vivo foi classificada como operação descontinuada no seguimento do acordo celebrado com a Telefónica em 28 de julho de 2010 para a alienação da sua participação de 50% na Brasilcel, a qual foi concluída em setembro de 2010. Consequentemente, a informação financeira relativa a este negócio foi reexpressa de forma a ser apresentada como operação descontinuada.

### 3. Políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

As políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas aplicados na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são consistentes com os aplicados no último relatório anual da Portugal Telecom.

Não existem normas, normas revistas ou interpretações que tenham ficado efetivas durante o trimestre findo em 31 de março de 2011, e cuja adoção é aplicável às demonstrações financeiras da Portugal Telecom.

Em 2011, o International Account Standards Board ("IASB") emitiu as seguintes novas normas que ainda não foram adotadas pela Portugal Telecom, dado que a sua aplicação apenas é requerida em períodos subsequentes:

- Em 12 de maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, a qual estabelece os princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando a entidade controla uma ou mais entidades. A IFRS 10, com base nos princípios existentes, identifica o conceito de controlo como o fator decisivo para determinar se uma empresa deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. Esta norma disponibiliza ainda orientação para determinar a existência nas situações em que tal é difícil. A IFRS 10 substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 *Consolidação* e na IAS 27 *Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais*. A Empresa ainda está a analisar os impactos decorrentes da adoção desta norma, a qual é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013;
- Em 12 de maio de 2012, o IASB emitiu a IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos, a qual classifica os empreendimentos conjuntos como operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados conjuntamente e de operações controladas conjuntamente) ou como *joint ventures* (equivalente ao conceito existente de uma entidade controlada conjuntamente) e requiere a utilização do método de equivalência patrimonial nas *joint ventures*, eliminando desta forma o método de consolidação proporcional. Esta norma vem substituir a IAS 31 *Interesses em Empreendimentos conjuntos* e a SIC 13 *Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não-Monetárias dos Venturers*. Esta norma é aplicável em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
- Em 12 de maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades, a qual é aplicável a entidades com participação em empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades



não consolidadas, estabelece objetivos de divulgação e especifica o mínimo de divulgações que a entidade deve efetuar para cumprir com esses objetivos. De acordo com esta norma, uma entidade deve divulgar informação que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar a natureza e os riscos associados às participações financeiras em outras entidades e os efeitos das mesmas nas suas demonstrações financeiras. A Empresa ainda está a avaliar o impacto da adoção desta norma, a qual é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

- Em 12 de maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 13 *Mensuração a Valor de Mercado*, a qual procura estabelecer uma fonte única de orientação para a mensuração a valor de mercado. O valor de mercado é definido como o “preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração”. A Empresa ainda está a avaliar o impacto da adoção desta norma, a qual é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
- Na sequência das alterações supra mencionadas, as normas IAS 27 *Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais* e IAS 28 *Investimentos em Associadas* foram revistas em conformidade.

## 4. Taxas de Câmbio

Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, os ativos e passivos expressos em Reais foram convertidos para Euros com base nas taxas de câmbio de 2,3058 e 2,2177, respectivamente. Durante os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, as demonstrações dos resultados de empresas participadas expressas em Reais foram convertidas para Euros com base nas taxas de câmbio média de 2,2800 e 2,4917, respectivamente.

## 5. Reporte de segmentos

Para o trimestre findo em 31 de março de 2011, a identificação dos segmentos operacionais é como segue: (i) Rede fixa (incluindo retalho, serviços a operadores e dados e soluções empresariais); e (ii) Móvel (TMN).

No seguimento da aquisição da Oi e da Contax, cujos resultados apenas serão consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, a Portugal Telecom irá rever a sua estrutura de segmentos operacionais.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, as receitas por segmento operacional e respectiva contribuição para as receitas consolidadas são como segue:

	1T11			1T10			euros
	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas intra-grupo	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas intra-grupo	
Receitas relativas aos segmentos reportados:							
Rede fixa (i)	456.154.126	(35.941.475)	420.212.651	488.155.329	(39.314.716)	448.840.613	
Móvel Portugal - TMN (ii)	303.014.315	(10.432.048)	292.582.267	345.893.884	(13.073.821)	332.820.063	
Receitas relativas a outras operações (iii)	267.790.416	(109.467.266)	158.323.150	231.889.008	(106.671.121)	125.217.887	
<b>Receitas consolidadas do Grupo</b>			<b>871.118.068</b>			<b>906.878.563</b>	

- (i) A redução nas receitas de Rede Fixa no trimestre findo em 31 de março de 2011, em comparação com o mesmo período do ano anterior, é essencialmente explicada por: (1) menores receitas no segmento de dados e soluções empresariais (10 milhões de euros), devido a condições económicas adversas que afetam os segmentos empresarial e as PME/SHO; (2) menores receitas de wholesale (10 milhões de euros); (3) uma redução contínua no negócio de listas telefónicas (6 milhões de euros); e (4) uma redução nas vendas (4 milhões de euros). Estes efeitos mais do que compensaram o aumento significativo nas receitas de TV por subscrição e de banda larga de retalho.

- (ii) A redução nas receitas da TMN no trimestre findo em 31 de março de 2011, em comparação com o mesmo período do ano anterior, é essencialmente explicada por: (1) menores receitas de cliente (27 milhões de euros) em resultado de condições económicas adversas e de um aumento da penetração dos planos tarifários pré-pagos de taxa fixa on-net, (2) menores receitas de interligação (11 milhões de euros), em parte devido à redução das tarifas de terminação móvel (7 milhões de euros); e (3) menores vendas de equipamentos (5 milhões de euros).
- (iii) O aumento das receitas relacionadas com outras operações no trimestre findo em 31 de março de 2011 é essencialmente explicado pela melhoria das receitas da Dedic, operador de *call center* e prestador de serviços de *outsourcing* no Brasil, da MTC (operador móvel na Namíbia) e da Timor Telecom, e inclui também o impacto da consolidação da GPTI, a qual em 2010 apenas foi consolidada a partir de 1 de abril de 2010.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, a reconciliação entre o resultado antes de resultados financeiros e impostos dos segmentos operacionais e o resultado líquido do Grupo é como segue:

	euros	
	1T11	1T10
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo aos segmentos operacionais:		
Rede fixa (i)	47.909.679	59.511.793
Móvel Portugal - TMN (ii)	91.337.591	109.861.217
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo a outras operações	2.651.412	8.436.627
<b>Resultado antes de resultados financeiros e impostos</b>	<b>141.898.682</b>	<b>177.809.637</b>
Ganhos e (custos) financeiros:		
Juros obtidos (suportados), líquidos (Nota 7)	17.317.460	(59.087.011)
Ganhos em empresas associadas, líquidos (iii)	80.180.563	38.764.596
Outros custos financeiros, líquidos (Nota 8)	(41.907.002)	(4.877.328)
Imposto sobre o rendimento (Nota 9)	(47.968.128)	(38.718.221)
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>	<b>149.521.575</b>	<b>113.891.673</b>
Resultado das operações descontinuadas (Nota 10)	-	15.254.845
<b>Resultado líquido</b>	<b>149.521.575</b>	<b>129.146.518</b>

- (i) A redução ocorrida no trimestre findo em 31 de março de 2011, face ao mesmo período do ano anterior, está relacionada essencialmente com o contínuo esforço de desenvolvimento das ofertas de televisão por subscrição e triple-play, originando (1) maiores custos de programação, e (2) um aumento dos custos com as amortizações relacionadas com os investimentos na implementação de serviços de IPTV.
- (ii) A redução no resultado antes de resultados financeiros e impostos da TMN no trimestre findo em 31 de março de 2011 foi impactada pela diminuição nas receitas operacionais, tal como mencionado acima, não obstante o rígido controlo de custos e enfoque na rentabilidade das operações, o que contribuiu para uma redução dos custos operacionais.
- (iii) No trimestre findo em 31 de março de 2011, esta rubrica inclui um ganho de 38 milhões de euros relacionado com a conclusão da alienação da participação na UOL (Nota 12). Ajustando por este efeito e pelos resultados da UOL no trimestre findo em 31 de março de 2010 (6 milhões de euros), os ganhos em empresas associadas teriam ascendido a 42 milhões de euros e a 32 milhões de euros nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, respectivamente, refletindo principalmente melhores resultados na Unitel.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis por segmento operacional e a reconciliação dos mesmos com os investimentos consolidados foram como segue (Nota 13):

	euros	
	1T11	1T10
Rede fixa	82.413.175	112.385.106
Móvel Portugal - TMN	18.954.942	23.492.695
Outros negócios	20.837.345	27.122.618
	<b>122.205.462</b>	<b>163.000.419</b>

A diminuição nos investimentos em ativos tangíveis e intangíveis no trimestre findo em 31 de março de 2011, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, é explicada essencialmente por:

- Uma diminuição na rede fixa em resultado (1) da redução do investimento por cliente apesar do contínuo crescimento dos serviços de TV por subscrição; (2) da diminuição do investimento em infraestruturas na sequência dos esforços significativos de cobertura de FTTH ("*fiber to the home*") em 2009 e em 2010, e (3) de menores investimentos na infraestrutura histórica de rede, decorrente da implementação de FTTH. A maior eficiência do investimento de rede fixa refletiu também as sinergias resultantes da integração fixo-móvel.

- Uma diminuição da TMN, devido à focalização na geração de *cash-flow*, em resultado da integração fixo-móvel. Os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis continuam a ser direcionados principalmente para a expansão da capacidade e cobertura da rede, nomeadamente nas áreas urbanas e nas principais vias.
- Uma redução dos investimentos em ativos tangíveis e intangíveis nos outros negócios, essencialmente explicada pelos investimentos realizados na expansão dos negócios da Dedic, no primeiro trimestre de 2010, nomeadamente na construção de novos *sites*.

## 6. Benefícios de reforma

Em 31 de março de 2011, a Empresa não obteve um estudo atuarial para reconhecer os benefícios de reforma, pelo que os custos registados durante o trimestre findo em 31 de março de 2011 baseiam-se no estudo atuarial de 31 de dezembro 2010, ajustado pelos custos com a redução de efetivos incorridos durante esse período.

Em 31 de março de 2011, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma (PBO) da Portugal Telecom relativas a pensões e cuidados de saúde ascendiam a 471 milhões de euros, e o valor de mercado dos ativos dos planos ascendia a 425 milhões de euros, que compara com 472 milhões de euros e 448 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010, respectivamente. Adicionalmente, a Portugal Telecom tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 895 milhões de euros em 31 de março de 2011, que compara com 924 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010, as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. A Portugal Telecom paga diretamente aos seus beneficiários, todos os meses, até atingirem a idade de reforma. Em 31 de março de 2011, a Portugal Telecom tinha ganhos com serviços passados não reconhecidos relativos a direitos não vencidos no montante de 18 milhões de euros, pelo que as responsabilidades líquidas com benefícios de reforma registadas na demonstração da posição financeira consolidada ascendiam a 959 milhões de euros.

Adicionalmente, após a aquisição do investimento na Oi, supra mencionado, a PT consolidou proporcionalmente as suas responsabilidades com benefícios de reforma no valor de 52 milhões de euros, em 31 de março de 2011, incluindo passivos de 63 milhões de euros (Nota 2) e ativos de 11 milhões de euros (Nota 2). Estas responsabilidades líquidas estão relacionadas com vários planos com características diferentes, incluindo planos de contribuição definida e planos de benefícios definidos. A maioria destes planos já estão fechados a novos participantes. A Oi tem vários planos que apresentam uma situação excedentária, que não são registados como ativos por não ser possível assegurar o reembolso do excesso de financiamento.

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nas responsabilidades com benefícios de reforma, líquidas do valor de mercado dos ativos dos planos e dos ganhos com serviços passados não reconhecidos, foram como se segue:

	euros			
	Pensões	Cuidados de saúde	Salários a pré-reformados e empregados suspensos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>764.851.062</b>	<b>(65.540.099)</b>	<b>791.441.962</b>	<b>1.490.752.925</b>
Custos com benefícios de reforma do período, líquidos	8.981.006	(1.060.939)	9.902.500	17.822.567
Custos de redução de efetivos	-	-	4.660.758	4.660.758
Perdas (ganhos) atuariais, líquidos	3.820.756	(1.369.869)	-	2.450.887
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(487.553)	69.294.052	(35.338.549)	33.467.950
<b>Saldo em 31 de março de 2010</b>	<b>777.165.271</b>	<b>1.323.145</b>	<b>770.666.671</b>	<b>1.549.155.087</b>

	euros			
	Pensões	Cuidados de saúde	Salários a pré-reformados e empregados suspensos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>25.772.632</b>	<b>16.767.576</b>	<b>924.324.397</b>	<b>966.864.605</b>
Custos com benefícios de reforma do período, líquidos	(178.821)	(442.732)	7.846.786	7.225.233
Custos de redução de efetivos	-	-	3.727.238	3.727.238
Perdas atuariais, líquidas	2.081.743	14.269.458	-	16.351.201
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(417.097)	5.648.338	(40.670.147)	(35.438.906)
Alteração no perímetro de consolidação relacionada com a aquisição da Telemar	52.083.050	406.094	-	52.489.144
<b>Saldo em 31 de março de 2011</b>	<b>79.341.507</b>	<b>36.648.734</b>	<b>895.228.274</b>	<b>1.011.218.515</b>

Alguns planos de benefícios de reforma apresentam posições excedentárias pelo que são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira dos saldos daqueles planos com posição deficitária. Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o valor líquido das responsabilidades com benefícios de reforma foi reconhecido na demonstração da posição financeira como se segue:

	euros	
	31 mar 2011	31 dez 2010
Planos de pensões com uma posição deficitária	91.789.140	27.700.623
Salários a pré-reformados e empregados suspensos	895.228.274	924.324.397
Planos de cuidados de saúde com uma posição deficitária	36.648.734	16.767.576
<b>Planos com uma posição deficitária</b>	<b>1.023.666.148</b>	<b>968.792.596</b>
Planos de pensões com uma posição excedentária	(12.447.633)	(1.927.991)
	<b>1.011.218.515</b>	<b>966.864.605</b>

O detalhe dos custos com benefícios de reforma nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010 é como segue:

	euros	
	1T11	1T10
<b>Custos com benefícios de reforma, líquidos (i)</b>		
Custo com o serviço do período	881.900	2.037.022
Custo financeiro do período	13.250.505	50.510.961
Rendimento estimado dos fundos	(6.526.583)	(34.241.330)
Amortização de ganhos com serviços passados	(380.589)	(484.086)
<b>Subtotal</b>	<b>7.225.233</b>	<b>17.822.567</b>
Outros (ii)	4.820.740	-
	<b>12.045.973</b>	<b>17.822.567</b>
<b>Custos de redução de efetivos, líquidos</b>		
Programa de redução de efetivos	3.727.238	4.660.758
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho	675.965	517.404
	<b>4.403.203</b>	<b>5.178.162</b>

- (i) A redução nos custos com benefícios de reforma é explicada principalmente pelo impacto da transferência das obrigações do plano de pensões regulamentares para o Estado Português, concluída em dezembro de 2010.
- (ii) Esta rubrica inclui a contribuição fixa paga pela Portugal Telecom à Segurança Social, relativo à prestação anual a empregados suspensos e ativos cujos benefícios com pensões foram transferidos para o Estado português em dezembro de 2010.

As perdas atuariais líquidas reconhecidas nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, as quais ascenderam a 16.351.201 euros e 2.450.887 euros, respectivamente, resultam da diferença entre a rentabilidade estimada e a rentabilidade real dos ativos dos planos. Nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, a rentabilidade real dos ativos, numa base trimestral, foi negativa em 2,2% e positiva em 1,4%, respectivamente, quando comparado com o pressuposto atuarial de uma rentabilidade positiva de 1,5%.

Os fluxos de caixa relacionados com benefícios de reforma nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010 foram como se segue:

	<b>euros</b>	
	<b>1T11</b>	<b>1T10</b>
Pagamentos de salários a pré-reformados e suspensos	40.670.147	35.338.549
Despesas com cuidados de saúde (i)	(5.648.338)	5.705.948
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho	675.965	517.404
Pagamentos de benefícios de pensões	417.097	219.774
Reembolso relacionado com o excesso de financiamento do plano de saúde	-	(75.000.000)
Contribuições para os fundos de pensões	-	267.779
	<b>36.114.871</b>	<b>(32.950.546)</b>

(i) No trimestre findo em 31 de março de 2011, esta rubrica inclui o reembolso de 11 milhões de euros relacionado com despesas pagas em nome da PT Comunicações.

## 7. Juros suportados (obtidos), líquidos

Nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição (Nota 5):

	<b>euros</b>	
	<b>1T11</b>	<b>1T10</b>
<b>Juros suportados</b>		
Relacionados com empréstimos obtidos e instrumentos financeiros	86.449.827	66.998.147
Outros	1.347.415	2.707.127
<b>Juros obtidos</b>		
Relacionados com caixa, investimentos de curto prazo e instrumentos financeiros	(103.555.001)	(9.602.403)
Outros	(1.559.701)	(1.015.860)
	<b>(17.317.460)</b>	<b>59.087.011</b>

A diminuição dos juros suportados líquidos resultou essencialmente do impacto: (1) da diminuição da dívida líquida média, após o recebimento em 2010 da primeira e segunda prestação (5.500 milhões euros) relativas à alienação pela Portugal Telecom de 50% da Brasilcel à Telefónica, que mais do que compensaram os dividendos pagos em dezembro de 2010 (876 milhões de euros), e a dívida relacionada com a transferência das obrigações do fundo de pensões concluída em dezembro de 2010 (1.022 milhões euros), (2) da redução do custo médio da dívida, excluindo o impacto dos juros dos depósitos em Reais Brasileiros, que se situou nos 3,6% no primeiro trimestre de 2011 comparando com 4,8% no primeiro trimestre de 2010; e (3) dos juros dos depósitos em Reais Brasileiros, que foram utilizados para pagar o investimento na Oi em 31 de março de 2011.

## 8. Outros custos financeiros líquidos

Nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição (Nota 5):

	euros	
	1T11	1T10
Perdas (ganhos) com variações cambiais, líquidos (i)	15.704.626	(2.809.114)
Outros, líquidos (ii)	26.202.376	7.686.442
	<b>41.907.002</b>	<b>4.877.328</b>

- (i) As perdas cambiais registadas no primeiro trimestre de 2010 incluem essencialmente o impacto da desvalorização do dólar face ao euro, nomeadamente nos dividendos a receber da Unitel.
- (ii) Esta rubrica inclui, essencialmente, custos com serviços bancários e comissões e outros custos de financiamento. No trimestre findo em 31 de março de 2011, esta rubrica inclui impostos suportados no Brasil com a transferência de fundos para o investimento estratégico na Oi no montante de 14 milhões de euros.

## 9. Imposto sobre o rendimento

No decurso da alteração na legislação fiscal ocorrida no segundo trimestre de 2010, a Portugal Telecom e as suas subsidiárias com sede em Portugal passaram a ser tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa agregada máxima de 29%, correspondente a uma taxa base de 25%, acrescida da derrama de até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável de IRC e de mais 2,5% sobre a matéria coletável acima de 2 milhões de euros. No trimestre findo em 31 de março de 2010, a Portugal Telecom e as suas subsidiárias com sede em Portugal foram tributadas com base numa taxa de imposto agregado de cerca de 26,5%.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto é como segue:

	euros	
	1T11	1T10
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>197.489.703</b>	<b>152.609.894</b>
Taxa nominal de imposto	29,0%	26,5%
	<b>57.272.014</b>	<b>40.441.622</b>
Diferenças permanentes (i)	(9.565.665)	4.323.264
Provisões para contingências fiscais relativas a imposto sobre o rendimento	(2.942.951)	310.769
Taxas de imposto diferenciadas	291.239	841.548
Excesso de estimativa para impostos do exercício anterior	322.711	(4.551.107)
Outros	2.590.780	(2.647.875)
	<b>47.968.128</b>	<b>38.718.221</b>
<b>Imposto sobre o rendimento (Nota 5)</b>		
Imposto corrente	42.106.010	37.514.128
Imposto diferido	5.862.118	1.204.093
	<b>47.968.128</b>	<b>38.718.221</b>

- (i) A alteração nesta rubrica é essencialmente explicada pela redução nos juros suportados não dedutíveis para efeitos fiscais.

O aumento nos ativos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira de 635 milhões de euros a 31 de dezembro de 2010 para 1.320 milhões de euros a 31 de março de 2011, é explicado essencialmente (1) pelos impostos diferidos ativos da Oi e da Contax, consolidados proporcionalmente na demonstração da posição financeira da Portugal Telecom de 31 de março de 2011, pelo montante de 674 milhões de euros (Nota 2), e (2) pelo impacto fiscal das perdas atuariais registadas no trimestre findo em 31 de março de 2011, o qual foi incluído na demonstração do rendimento integral e ascendeu a um ganho de 4 milhões de euros.

O aumento nos passivos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira de 312 milhões de euros a 31 de dezembro de 2010 para 656 milhões de euros a 31 de março de 2011, é explicado essencialmente pelos passivos

por impostos diferidos da Oi e da Contax, consolidados proporcionalmente na demonstração da posição financeira da Portugal Telecom de 31 de março de 2011, pelo montante de 353 milhões de euros (Nota 2).

Os ativos por impostos diferidos da Oi e da Contax estão essencialmente relacionados com prejuízos fiscais reportáveis e provisões, enquanto os passivos por impostos diferidos dizem principalmente respeito ao efeito fiscal dos ajustamentos realizados no processo de alocação do preço de compra realizado em anos anteriores.

## 10. Operações descontinuadas

Na sequência do acordo celebrado com a Telefónica em 28 de julho de 2010 para a venda da sua participação de 50% na Brasilcel, operação concluída em setembro de 2010, a Vivo foi classificada como uma operação descontinuada em 2010. Consequentemente, a informação financeira relativa ao segmento móvel no Brasil foi reexpressa nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2010, de modo a ser apresentada como uma operação descontinuada (Nota2).

No trimestre findo em 31 de março de 2010, o resultado líquido das operações descontinuadas corresponde ao resultado líquido antes de interesses não-controladores da Vivo no montante de 15.254.845 euros. Os resultados da Vivo no trimestre findo em 31 de março de 2010 são como segue:

	<b>euros</b>
	<b>1T10</b>
<b>Receitas</b>	<b>883.370.034</b>
<b>Custos:</b>	
Custos com pessoal	49.422.372
Custos diretos	190.774.902
Custos comerciais	193.131.022
Amortizações	205.371.303
Outros custos	195.433.150
<b>Total de custos</b>	<b>834.132.749</b>
<b>Resultado antes de resultados financeiros e impostos</b>	<b>49.237.285</b>
Perdas financeiras	(9.954.200)
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>39.283.085</b>
Imposto sobre o rendimento	(24.028.240)
<b>Resultado líquido</b>	<b>15.254.845</b>

Os fluxos de caixa das atividades descontinuadas inclui os 50% dos fluxos de caixa da Vivo e, na rubrica de fluxos de atividades de investimento inclui os recebimentos na PT Móveis resultado das reduções de capital ocorridas na Brasilcel, antes da alienação da mesma, tal como detalhado abaixo. O detalhe dos fluxos das atividades de investimento relativo a operações descontinuadas é como segue:

	euros
	<b>1T10</b>
Reduções de capital na Brasilcel	36.142.967
Consolidação proporcional dos fluxos da Vivo de atividades de investimento	(84.512.642)
<b>Fluxos das atividades de investimento</b>	<b>(48.369.675)</b>

Os fluxos de caixa da Vivo no trimestre findo em 31 de março de 2010 são como segue:

	euros
	<b>1T10</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	
Recebimentos de clientes	956.340.498
Pagamentos a fornecedores	(607.743.953)
Pagamentos ao pessoal	(57.469.778)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	(17.562.022)
Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros	(171.590.189)
<b>Fluxos das atividades operacionais</b>	<b>101.974.556</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	
Recebimentos provenientes de:	
Juros e proveitos similares	4.107.561
Outras atividades de investimento	2.783.165
	<b>6.890.726</b>
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos tangíveis e intangíveis	(90.824.013)
Outras atividades de investimento	(579.355)
	<b>(91.403.368)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento</b>	<b>(84.512.642)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	
Recebimentos provenientes de:	
Empréstimos obtidos	22.073.283
Outras atividades de financiamento	1.626.958
	<b>23.700.241</b>
Pagamentos respeitantes a:	
Empréstimos obtidos	(86.879.364)
Juros e custos similares	(28.448.236)
Reduções de capital	(36.404.313)
	<b>(151.731.913)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento</b>	<b>(128.031.672)</b>



## 11. Resultados por ação e dividendos

Os resultados por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010 foram calculados como segue:

		euros	
		1T11	1T10
Resultado das operações continuadas, líquido de interesses não controladores	(1)	129.728.987	97.219.018
Resultado das operações descontinuadas, líquido de interesses não controladores	(2)	-	3.096.730
<b>Resultado líquido atribuível a acionistas da Portugal Telecom</b>	<b>(3)</b>	<b>129.728.987</b>	<b>100.315.748</b>
Juros das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	(4)	7.158.191	7.093.963
<b>Resultado líquido considerado para efeitos do cálculo do resultado líquido por ação diluído</b>	<b>(5)</b>	<b>136.887.178</b>	<b>107.409.711</b>
<b>Número médio de ações ordinárias em circulação no período</b>	<b>(6)</b>	<b>875.872.500</b>	<b>875.872.500</b>
Efeito das obrigações convertíveis		67.811.935	64.655.173
	(7)	<b>943.684.435</b>	<b>940.527.673</b>
<b>Resultado por ação das operações continuadas, líquido de interesses não controladores</b>			
Básico	(1)/(6)	0,15	0,11
Diluído	[(1)+(4)]/(7)	0,15	0,11
<b>Resultado por ação das operações descontinuadas, líquido de interesses não controladores</b>			
Básico	(2)/(6)	0,00	0,00
Diluído	(2)/(7)	0,00	0,00
<b>Resultado líquido por ação atribuível a acionistas da Portugal Telecom</b>			
Básico	(3)/(6)	0,15	0,11
Diluído	(5)/(7)	0,15	0,11

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 6 de maio de 2011, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 1,30 euros, a ser pago em 3 de junho de 2011. Este montante inclui 65 cêntimos por ação correspondente ao dividendo ordinário relativo ao exercício de 2010 e 65 cêntimos relativo ao dividendo extraordinário de 1,65 euros proposto pela Portugal Telecom no seguimento da venda da Brasilcel, dos quais 1 euro por ação foi pago em dezembro de 2010.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 16 de abril de 2010, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 57,5 cêntimos relativo ao exercício de 2009, no total de 503.626.688 euros pago no dia 14 de maio de 2010.

## 12. Ativo não corrente detido para venda

Em dezembro de 2010, na sequência de um acordo celebrado com um terceiro para a alienação da participação de 28,78%, detida pela Portugal Telecom na UOL, pelo montante total de 356 milhões de reais (equivalente a 160 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010), o valor contabilístico deste investimento foi ajustado para o seu valor recuperável em 31 de dezembro de 2010, correspondente ao valor de venda e foi classificado como um ativo não corrente detido para venda.

A operação foi concluída em 27 de janeiro de 2011, tendo a Portugal Telecom recebido o montante total de 155 milhões de euros (Nota 16) e reconhecido um ganho de 38 milhões de euros (Nota 5) correspondente ao montante acumulado de ajustamentos cambiais relacionados com o investimento na UOL que foi transferido para a demonstração de resultados da Empresa.

### 13. Ativos tangíveis e intangíveis

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os saldos dos ativos tangíveis e intangíveis são como se segue:

	euros	
	31 mar 2011	31 dez 2010
<b>Ativos tangíveis</b>	<b>6.430.107.478</b>	<b>3.874.613.414</b>
<b>Ativos intangíveis</b>		
Licenças e outros direitos	2.642.072.493	658.375.754
Goodwill	2.223.509.431	416.615.158
Outros ativos intangíveis	50.794.481	36.701.672
	<b>4.916.376.405</b>	<b>1.111.692.584</b>
	<b>11.346.483.883</b>	<b>4.986.305.998</b>

As alterações ocorridas nos ativos tangíveis e intangíveis são essencialmente explicadas por:

- Impacto da aquisição da Oi e da Contax, no montante total de 6.460 milhões de euros, incluindo os ativos tangíveis e intangíveis consolidados proporcionalmente pela Portugal Telecom nas suas demonstrações financeiras no montante de 2.632 milhões de euros (Nota 2) e 2.039 milhões de euros (Nota 2), respectivamente, e o *goodwill* preliminar reconhecido na transação no montante de 1.788 milhões de euros, em 31 de março de 2011 (Nota 2). Os ativos tangíveis estão, essencialmente, relacionados com infraestruturas e equipamento de transmissão, enquanto os ativos intangíveis incluem, essencialmente, licenças e concessões, nomeadamente a concessão da Brasil Telecom, empresa que presta o serviço fixo de telefone na Região II, conforme supra mencionado, e licenças 2G e 3G adquiridas em anos anteriores pelas empresas do Grupo Oi que prestam serviços de telecomunicações móveis.
- Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis no montante de 122.205.462 euros (Nota 5); e
- Custos com amortizações e depreciações de 196.359.967 euros.

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, os custos com amortizações e os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis consolidados foram como se segue:

	euros	
	1T11	1T10
<b>Amortizações</b>		
Ativos tangíveis	169.269.235	159.216.146
Ativos intangíveis	27.090.732	13.189.937
	<b>196.359.967</b>	<b>172.406.083</b>
<b>Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis (Nota 5)</b>		
Ativos tangíveis	105.330.026	151.302.739
Ativos intangíveis	16.875.436	11.697.680
	<b>122.205.462</b>	<b>163.000.419</b>

O aumento nos custos com amortizações no trimestre findo em 31 de março de 2011, face ao mesmo período do ano anterior, reflete essencialmente um maior contributo da Rede Fixa em Portugal (124 milhões de euros e 106 milhões de euros, respectivamente), em resultado dos investimentos realizados na implementação do serviço de televisão por subscrição.

Em 31 de março de 2011, o Grupo tinha assumido compromissos de compra de ativos fixos e existências nos montantes de 95 milhões de euros e 44 milhões de euros, respectivamente.

## 14. Dívida

### 14.1 Detalhe da dívida consolidada

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a dívida bruta da Portugal Telecom ascendia respectivamente a 11.922.195.239 euros e 7.206.301.567 euros e tinha a seguinte composição:

	31 mar 2011		31 dez 2010	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos por obrigações convertíveis	-	837.443.913	-	714.242.672
Empréstimos por obrigações não convertíveis	1.372.025.194	4.256.938.400	-	4.375.693.026
Empréstimos bancários				
Empréstimos externos	732.140.273	2.903.704.663	174.497.832	662.384.203
Empréstimos internos	1.745.149	-	3.430.491	-
Passivo relativo a equity swaps sobre ações próprias	178.071.827	-	178.071.827	-
Papel comercial	500.000.000	-	88.000.000	-
Locação financeira	27.615.676	46.313.468	27.456.857	47.744.387
Outros financiamentos	471.614.130	594.582.546	480.464.272	454.316.000
	<b>3.283.212.249</b>	<b>8.638.982.990</b>	<b>951.921.279</b>	<b>6.254.380.288</b>

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2011, o aumento da dívida bruta está relacionado essencialmente com:

- Dívida bruta da Oi, Contax e acionistas controladores que foi proporcionalmente consolidada na Demonstração Consolidada da Posição Financeira da Portugal Telecom a 31 de março de 2011, no montante de 3.748 milhões de euros (Nota 2);
- Emissão, em 8 de fevereiro, de um Eurobond no montante de 600 milhões de euros, a 5 anos e com um cupão anual de 5,625%, e um *spread* de 295pb sobre os *mid swaps*; e
- Aumento de 412 milhões de euros no programa de papel comercial utilizado.

Em 23 de março de 2011, a Portugal Telecom assegurou uma nova linha de crédito no montante de 900 milhões de euros, com maturidade em março de 2014, aumentada a 12 de abril de 2011 para 1.050 milhões de euros e, em 13 de abril de 2011 para 1.200 milhões de euros. Em 31 de março de 2011, a Portugal Telecom não tinha utilizado esta linha de crédito.

O montante não utilizado no âmbito dos programas de papel comercial contratados pela Portugal Telecom (325 milhões de euros) e o montante das linhas de crédito disponíveis (1.265 milhões de euros), acrescidos das disponibilidades em caixa e seus equivalentes nas operações portuguesas (2.705 milhões de euros), totalizavam 4.295 milhões de euros.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2011, a Portugal Telecom não emitiu novos empréstimos obrigacionistas cotados ou obrigações convertíveis, nem amortizou os que se encontravam em dívida em 31 de dezembro de 2010. Adicionalmente, com exceção do acima referido, a Portugal Telecom não contratou novas linhas de crédito significativas nem emitiu obrigações de taxa variável relevantes. Os reembolsos dos empréstimos bancários e da dívida foram efetuados em linha com a maturidade da dívida divulgada no último relatório anual.

### 14.2 Perfil e detalhe da dívida da Oi, Contax e acionistas controladores

A dívida da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores que foi consolidada proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom ascendia 3.748 milhões de euros em 31 de março de 2011, dos quais 656 milhões de euros (Nota 2) venciam a menos de um ano e 3.092 milhões de euros (Nota 2) são dívida não corrente. Em 31 de março de 2011, a maturidade média da dívida era de aproximadamente 4 anos e cerca de 90% da dívida estava denominada em Reais Brasileiros, direta ou indiretamente através de derivados de taxa de câmbio. Relativamente ao custo da dívida, aproximadamente 20% da dívida vencia juros a taxas fixas em 31 de março de 2011 e os restantes 80% venciam juros a taxas variáveis, incluindo essencialmente a Taxa de Depósito Interbancário ("CDI") e a Taxa de Juro de Longo Prazo ("TJLP") no Brasil. Os principais empréstimos e financiamentos incluídos na dívida da Oi, Contax e seus acionistas controladores que foram consolidados proporcionalmente na Demonstração da

Posição Financeira da Portugal Telecom apresentam as seguintes características (montantes expressos em Reais Brasileiros correspondem a 100% dos financiamentos obtidos):

- Em fevereiro de 2011, a TNL realizou a emissão de Reais Brasileiros 1.500 milhões em notas promissórias, as quais vencem juros à taxa do CDI mais 0,45% ao ano e têm maturidade em maio de 2011. O montante em dívida em 31 de março de 2011 era de 1.500 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 167 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.
- Em dezembro de 2010, a Telemar emitiu “*Senior Notes*” no valor de 750 milhões de euros (equivalente a 1.687 milhões de Reais Brasileiros), utilizados com o objetivo de alongar o perfil e reduzir o custo da dívida da empresa, para além de propósitos corporativos gerais. Esta operação vence juros à taxa de 5,125% ao ano e tem maturidade em dezembro de 2010. O montante em dívida em 31 de março de 2011 era de 1.735 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 193 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.
- Em setembro de 2010, a Telemar emitiu “*Senior Notes*” no valor de 1.000 milhões de Dólares Americanos (equivalente a 1.707 milhões de Reais Brasileiros), utilizados com o objetivo de alongar o perfil e reduzir o custo da dívida da empresa, para além de propósitos corporativos gerais. Esta operação vence juros à taxa de 5,5% ao ano e tem maturidade em outubro de 2020. Os juros são pagos semestralmente em abril e outubro, desde abril de 2011 até à maturidade. Após a emissão, a Telemar iniciou a oferta de troca de “*Senior Notes*” emitidas em abril de 2009 por “*Senior Notes*” adicionais emitidas em 2010, de acordo com o acordo com os termos da oferta de troca. Em outubro de 2010, a oferta de troca foi concluída com uma emissão adicional de 787 milhões de Dólares Americanos de “*Senior Notes*”. O montante em dívida em 31 de março de 2011 era de 2.911 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 323 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.
- Em assembleias gerais extraordinárias, realizada em 30 de novembro de 2009 e 9 de março de 2010, e em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2010, foi aprovada a emissão pública, pela Telemar, de debêntures simples, não convertíveis em ações, no montante total de 2.250 milhões de Reais Brasileiros, em duas séries de 225.000 debêntures e valor nominal unitário de 10.000,00 Reais Brasileiros. A data de emissão foi em 15 de abril de 2010 e a colocação foi realizada em maio de 2010, no montante total de 2.000 milhões de Reais Brasileiros. A primeira série de 175.397 debêntures tem maturidade em 15 de abril de 2014 e vence juros à taxa do CDI acrescida de 1,20% ao ano, com pagamentos semestrais de juros e reembolso do principal na maturidade. A segunda série de 24.603 debêntures tem maturidade em 15 de abril de 2014 e vence juros à taxa do IPCA acrescida de 7,98%, com pagamentos anuais de juros sobre o principal atualizado e reembolso do principal na maturidade. O montante em dívida em 31 de março de 2011 era de 2.000 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 222 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.
- Em dezembro de 2009, diversas empresas do Grupo Oi celebraram contratos de financiamento com o BNDES no montante total de 4.403 milhões de Reais Brasileiros, com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade da rede e de modo a cumprir obrigações regulatórias, programadas para o período compreendido entre 2009 e 2011. Estes contratos estão divididos em dois sub-créditos: (i) sub-crédito A, com remuneração equivalente à TJLP acrescida de 3,95% ao ano; e (ii) sub-crédito B, com remuneração fixa de 4,50% ao ano. Em dezembro de 2009, junho de 2010 e outubro de 2010, foram realizados desembolsos de 1.500 milhões de Reais Brasileiros, 562 milhões de Reais Brasileiros e 531 milhões de Reais Brasileiros, respectivamente. Os juros são pagos trimestralmente até dezembro de 2011 e mensalmente a partir de junho de 2010 até maio de 2018. O principal será reembolsado em 84 prestações mensais, desde janeiro de 2012 até dezembro de 2018. O montante em dívida em 31 de março de 2011 era de 2.593 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 281 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.
- Em novembro de 2009, a Telemar celebrou uma *credit facility* com a Caixa Económica Federal no montante de 2.000 milhões de Reais Brasileiros. Os juros relativos a este financiamento são pagos trimestralmente desde fevereiro de 2010 até novembro

- de 2011, e serão devidos mensalmente a partir de dezembro de 2011 até novembro de 2014. O principal é reembolsável em 36 prestações mensais, desde dezembro de 2011 até à maturidade em novembro de 2014. A remuneração é equivalente a 117,5% do CDI por ano. O montante em dívida em 31 de março de 2011 era de 2.000 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 222 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom. Este financiamento foi amortizado antecipadamente em Abril de 2011.
- Em maio de 2008, a Telemar obteve 4.300 milhões de Reais junto do Banco do Brasil para a aquisição de uma participação financeira na Brasil Telecom. Os juros são pagos semestralmente, desde maio de 2010 até maio de 2016. O principal é reembolsável em sete prestações anuais, desde maio de 2010. Esta transação vence juros à taxa do CDI acrescida de 1,30% ao ano. O montante em dívida em 31 de março de 2011 era de 3.686 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 410 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.
  - Em abril de 2008, a Telemar Participações emitiu obrigações não convertíveis no montante total de 1.575 milhões de Reais Brasileiros, as quais são atualizáveis com base na taxa de juro do CDI e vencem juros a uma taxa fixa de 1,4% para a primeira série (1.115 milhões de Reais Brasileiros) e 1,55% para a segunda série (460 milhões de Reais Brasileiros). O principal é reembolsável anualmente até abril de 2013 e abril de 2015, respectivamente. O montante em dívida em 31 de março de 2011 era de 1.150 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 175 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.
  - Em fevereiro de 2008, a AG Telecom e a FL-Tel emitiram cada uma obrigações não convertíveis no montante de 665 milhões de Reais Brasileiros, as quais são atualizáveis com base no IPCA e vencem juros a uma taxa fixa de 5% ao ano. O principal é reembolsável semestralmente a partir de outubro de 2011 até abril de 2020. Os montantes em dívida por estas duas empresas em 31 de março de 2011 totalizavam de 1.478 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 224 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.
  - Em novembro de 2006, a Telemar celebrou uma *credit facility* com o BNDES com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da sua rede fixa de telecomunicações, programada para o período entre 2006 e 2008. Este acordo está dividido em dois sub-créditos: (i) sub-crédito A que se destinava especialmente à aquisição de equipamentos nacionais e serviços associados, no valor de 1.771 milhões de Reais Brasileiros, e (ii) sub-crédito B que se destinava à aquisição de equipamentos de telecomunicações que cumprissem com o Processo Produtivo Básico, no valor de 200 milhões de Reais Brasileiros. Relativamente à remuneração deste financiamento, o sub-crédito A vence juros a 4,5% ao ano acima da TJLP e o sub-crédito B vence juros a 2,50% ao ano acima da TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente até junho de 2009 e mensalmente desde então até junho de 2014. O principal é reembolsável em 60 prestações mensais desde julho de 2009. O montante em dívida em 31 de março de 2011 era de 988 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 110 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.
  - Em novembro de 2006, a Brasil Telecom celebrou uma *credit facility* com o BNDES no montante de 2.004 milhões de Reais Brasileiros (captação efetiva de 2.055 milhões de Reais Brasileiros), que vence juros pela TJLP acrescida de 4,3% ao ano. Os juros são pagos mensalmente desde maio de 2009 até maio de 2014. O montante em dívida em 31 de março de 2011 era de 892 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 99 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.
  - Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 7 de março de 2006, foi aprovada a emissão pública, pela Telemar, de 216.000 debêntures simples, não convertíveis em ações, em duas séries, com o valor nominal unitário de 10 Reais Brasileiros, no montante total de 2.160 milhões de Reais Brasileiros, cuja data de emissão foi em 1 de março de 2006 e a data de colocação foi em 27 de março de 2006. A maturidade da primeira e da segunda série de debêntures é de cinco e de 7 anos a contar desde a data de emissão, vencendo juros a 103% do CDI e à taxa do CDI acrescida de um spread de 0,55%, respectivamente. O montante em dívida em 31 de março de 2011 era de 540 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 60 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.

- Em 1 de junho de 2006, a Brasil Telecom realizou a sua quarta emissão pública de 108.000 debêntures não convertíveis em ações e com um valor nominal unitário de 10 Reais Brasileiros, no montante total de 1.080 milhões de Reais Brasileiros. O prazo de pagamento é de 7 anos, vencendo em 1 de junho de 2013. A remuneração destas debêntures corresponde à taxa DI capitalizada por um spread de 3,5% ao ano e o pagamento de juros ocorre semestralmente. O reembolso, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1 de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente. O montante em dívida em 31 de março de 2011 era de 1.080 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 120 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.

## 15. Provisões

### 15.1 Detalhe das provisões consolidadas

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o detalhe das provisões reconhecidas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira são como segue:

	euros	
	31 mar 2011	31 dez 2010
<b>Provisões correntes</b>		
Processos judiciais em curso	209.836.007	26.777.139
Impostos	75.825.464	49.325.590
Outras	10.528.696	11.580.402
	<b>296.190.167</b>	<b>87.683.131</b>
<b>Provisões não correntes</b>		
Processos judiciais em curso	515.415.714	486.320
Impostos	87.822.304	5.435.563
Outras	57.663.127	35.025.319
	<b>660.901.145</b>	<b>40.947.202</b>
	<b>957.091.312</b>	<b>128.630.333</b>

O aumento nesta rubrica é essencialmente explicado pelo impacto da consolidação proporcional das provisões correntes e não correntes da Oi e da Contax, nos montantes de 213 milhões de euros (Nota 2) e 617 milhões de euros (Nota 2), respectivamente. O detalhe destas provisões é como segue:

	Milhões	
	Reais Brasileiros (100%)	euros (proporcional)
<b>Contingências</b>		
Civis	4.169,1	463,4
Trabalhistas	2.078,8	235,3
Fiscais	955,9	108,7
<b>Sub-total</b>	<b>7.203,8</b>	<b>807,3</b>
Remoção e desmantelamento de ativos	203,8	22,6
Outras	1,7	0,2
<b>Total</b>	<b>7.409,3</b>	<b>830,2</b>

## 15.2 Processos judiciais da Oi

Relativamente ao total das provisões acima mencionado relativo à Oi, Contax e aos seus acionistas controladores, o Grupo Oi representa mais de 95% desse montante. A Oi é parte em diversos processos legais decorrentes do curso normal da sua atividade, incluindo contingências civis, laborais e fiscais. Em 31 de março de 2011, os montantes totais dessas contingências relativamente às quais o risco de perda foi considerado como provável ou possível ascendia a aproximadamente 7.093 milhões de Reais Brasileiros e 20.756 milhões de Reais Brasileiros, respectivamente (788 milhões de euros e 2.306 milhões de euros equivalentes à participação da Portugal Telecom, respectivamente).

A natureza e o detalhe dos principais processos contra o Grupo Oi para os quais o risco de perda foi considerado como provável são como segue:

	Milhões	
	Reais Brasileiros (100%)	euros (proporcional)
<b>a Cíveis</b>		
(i) Lei societária	2.444,1	271,6
(ii) Estimativas Anatel	849,5	94,4
Outras	860,6	95,6
<b>Sub-total</b>	<b>4.154,2</b>	<b>461,5</b>
<b>b Laborais</b>		
Horas extra	686,9	76,3
Diferenças salariais	328,7	36,5
Adicionais diversos	232,5	25,8
Indemnizações	199,3	22,1
Rescisões contratuais	121,0	13,4
Complementos de reforma	102,7	11,4
Outras	346,6	38,5
<b>Sub-total</b>	<b>2.017,6</b>	<b>224,2</b>
<b>c Fiscais</b>		
(i) ICMS (Imposto sobre o Valor Acrescentado)	623,6	69,3
(ii) FUNTEL	110,9	12,3
Outras	186,7	20,7
<b>Sub-total</b>	<b>921,3</b>	<b>102,4</b>
<b>Total</b>	<b>7.093,1</b>	<b>788,1</b>

A natureza dos processos judiciais contra o Grupo Oi para os quais o risco de perda foi considerado como possível é como segue:

	Milhões	
	Reais Brasileiros (100%)	euros (proporcional)
Cíveis	1.410,9	156,8
Laborais	2.771,9	308,0
Fiscais	16.573,5	1.841,4
	<b>20.756,4</b>	<b>2.306,1</b>

### (a) Contingências civis

#### (i) Lei Societária

Como sucessora do CRT (Companhia Rio Grandense de telecomunicações), que foi adquirida em julho de 2000, a Oi está sujeita a várias ações cíveis. As ações, julgadas em 1998 e 1999, alegam o seguinte: (1) erro na venda do capital social da CRT; (2) ilegalidade do processo de licitação nº 04/98; (3) erros no cálculo do número de ações oferecidas; (4) falta de conformidade com procedimentos em assembleia de acionistas que aprovaram a venda das ações da CRT; e (5) erros na avaliação das ações da CRT.

A Oi também é réu em diversas ações movidas por usuários de linhas telefônicas no Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Antes da sua aquisição de controlo, em julho de 2000, a CRT assinou contratos de participação com seus assinantes de telefonia fixa. Nos termos desses contratos de participação, os assinantes dos serviços de telefonia fixa da CRT tinham direito a certo número de ações da CRT. O número de ações emitidas para cada assinante era determinado com base numa fórmula que dividia o custo da assinatura de telefonia fixa pelo valor contabilístico das ações da CRT.

No princípio de junho de 1997, alguns assinantes de linha fixa da CRT moveram ações contra a companhia alegando que o cálculo usado para determinar o número de ações a que cada assinante tinha direito de acordo com os contratos de participação estava incorreto e resultava num número menor de ações para cada assinante. Além disso, como sucessora das empresas Telecomunicações do Mato Grosso do Sul S.A. ("Telems"), Telecomunicações de Goiás S.A. ("Telegoiás") e Telecomunicações do Mato Grosso S.A. ("Telemat"), que eram operadoras que a Brasil Telecom Holding adquiriu com a privatização da Telebrás e que foram, subsequentemente, incorporadas na Oi, a Oi está sujeita a diversas ações civis com relação a programas de telefone (Programas Telefônicos Comunitários) estabelecidos nos Estados do Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso.

Em 2009, duas sentenças mudaram de forma significativa os pressupostos usados para estimar o potencial de perda desses processos. Em 30 de março de 2009, o Tribunal Superior decidiu que, para os processos que ainda serão adjudicados, o número de ações emitidas deve ser calculado usando o balanço da CRT para o ano anterior à data de emissão das ações. Entretanto, para processos que foram adjudicados, o número de ações emitidas deve ser calculado de acordo com a sentença mais recente que, na maioria dos casos, utilizou o balanço da CRT para o ano anterior à data de emissão das ações. Em 28 de maio de 2009, um membro do Supremo Tribunal publicou decisão declarando que os contratos de participação não estão sujeitos a um estatuto de limites que alterou a possibilidade de um resultado desfavorável relacionado com esses casos pendentes para provável.

Em 31 de março de 2011, a Oi tinha registado provisões no montante de 2.444 milhões de Reais Brasileiros para fazer face aquelas ações em que o risco de perda foi considerado como provável.

#### **(ii) Estimativas Anatel**

A Oi recebe frequentemente notificações da ANATEL requisitando informações sobre o cumprimento de vários serviços obrigatórios impostos à empresa em virtude de contratos de concessão. Quando a empresa não cumpre esses requisitos ou obrigações de concessão, a ANATEL poderá dar início a processos administrativos para impor sanções à empresa. A Oi recebe diversas notificações, principalmente por não cumprir determinadas metas ou requisitos estabelecidos no Plano Geral ou Serviço Universal, ou o Plano Geral de Metas de Qualidade, tais como responder a reclamações relacionadas a erros de cobrança, requisições por serviços de reparo em prazos determinados e requisições de locações com coletivo ou acesso individual. Em 31 de março de 2011, foi registada uma provisão de 850 milhões de Reais Brasileiros para os processos cujo risco de perda foi considerado como provável.

#### **(b) Contingências laborais**

A Oi é parte de um elevado número de processos laborais resultantes do curso normal da sua atividade. Estes processos incluem geralmente queixas relacionadas com: (1) pagamento de prémios de risco requeridos pelos empregados que trabalham em condições perigosas; (2) igualdade salarial para empregados com o mesmo tipo de trabalho, num determinado período temporal, e que tenham produtividade e performance técnica semelhantes; (3) pagamento de indemnizações por, entre outras situações, acidentes de trabalho, lesões ocupacionais, estabilidade no emprego, auxílio de creche e atingir níveis de produtividade previstos em acordo coletivo de trabalho; (4) horas extra; (5) reclamações de empregados de empresas



terceirizadas em relação aos quais a Oi e essas empresas são conjuntamente responsáveis; e (6) complementos adicionais de reforma.

Em 31 de março de 2011, foi registada uma provisão de 2.018 milhões de Reais Brasileiros para os processos cujo risco de perda foi considerado como provável.

### **(c) Contingências fiscais**

Em 31 de março de 2011, as contingências estimadas em linha com processos fiscais contra a Oi em relação aos quais o risco de perda foi considerado como provável e possível ascendiam a 921 milhões de Reais Brasileiros e 17.574 milhões de Reais Brasileiros, respectivamente. O sistema fiscal Brasileiro é complexo, e a Oi está atualmente envolvida em processos fiscais relativos a determinados impostos que considera inconstitucionais, tendo colocado queixas em tribunal para evitar o pagamento dos mesmos.

#### **(i) ICMS (Imposto de valor acrescentado)**

De acordo com os regulamentos do ICMS em vigor nos diversos estados brasileiros, as empresas de telecomunicações são obrigadas a pagar ICMS sobre cada operação que envolve a venda de serviços de telecomunicações por elas fornecido. Essas mesmas regras permitem registar créditos de ICMS por cada uma das compras de ativos operacionais. As regras do ICMS permitirão deduzir os créditos que se registam pela compra de ativos operacionais no pagamento do ICMS pela venda dos serviços.

A Oi recebe diversos autos de infração questionando o valor dos créditos fiscais que regista para compensar os valores de ICMS devidos. A maioria desses autos de infração baseia-se em duas questões principais: (1) se o ICMS de serviços sujeitos a ISS é devido; e (2) se algum bem adquirido está relacionado com os serviços de telecomunicações fornecidos e, portanto, com direito a crédito para compensar valores de ICMS. Uma pequena parcela desses autos de infração, cujos riscos de perda são considerados prováveis, questionam: (1) se certas receitas estão sujeitas a ICMS ou ISS; (2) a compensação e uso de créditos fiscais na compra de bens e outros materiais, incluindo aqueles necessários para manter a rede; e (3) não cumprimento com determinadas obrigações acessórias (não monetária).

Em 31 de março de 2011, a Oi registou provisões para impostos no montante de 624 milhões de Reais, a qual se destina a fazer face a responsabilidades decorrentes de contingências prováveis de natureza fiscal.

#### **(ii) FUNTTEL**

O FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) é um fundo criado para financiar a pesquisa em tecnologia de telecomunicações, para o qual a Oi tem que fazer contribuições. Devido a uma mudança, pela ANATEL, na base de cálculo das respectivas contribuições para o FUNTTEL, a Oi teve que registar uma provisão para uma contribuição adicional ao fundo. Em 31 de março de 2011, a Oi tem registado uma provisão no montante de 111 milhões de reais para fazer face às contribuições adicionais ao FUNTTEL.

## 16. Demonstração dos fluxos de caixa

- (a) **Pagamentos relacionados com imposto sobre o rendimento** – O aumento nesta rubrica está relacionado essencialmente com a retenção na fonte sobre os rendimentos de juros obtidos nas aplicações financeiras decorrentes da alienação da Vivo.
- (b) **Aplicações financeiras de curto prazo** - Estas rubricas incluem essencialmente pagamentos em numerário decorrentes de novas aplicações de tesouraria de curto prazo e recebimentos de aplicações de tesouraria de curto prazo vencidas. Os pagamentos líquidos ascenderam a 287.187.203 euros no trimestre findo em 31 de março de 2011, em comparação com recebimentos líquidos de 8.798.772 euros no trimestre findo em 31 de março de 2010.
- (c) **Recebimentos relativos a investimentos financeiros** – No trimestre findo em 31 de março de 2011, esta rubrica inclui essencialmente o montante de 155,5 milhões de euros recebido no âmbito da venda da UOL (Nota 12).
- (d) **Recebimentos respeitantes a juros e proveitos similares** – O aumento nesta rubrica no trimestre findo em 31 de março de 2011, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, está relacionado essencialmente com o recebimento de juros de aplicações financeiras decorrentes da entrada de fundos no âmbito da transação da Vivo.
- (e) **Recebimento de dividendos** – Durante os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, os recebimentos provenientes de dividendos são como segue:

	euros	
	1T11	1T10
Unitel	76.827.395	44.087.222
CTM	19.924.726	8.347.332
	<b>96.752.121</b>	<b>52.434.554</b>

- (f) **Pagamentos relativos a investimentos financeiros** – Durante os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, os pagamentos relativos a investimentos financeiros são como segue:

	euros	
	1T11	1T10
Aquisição dos investimentos na Oi e na Contax		
Pagamento (Nota 2)	3.727.568.622	-
Caixa e equivalentes da Oi e da Contax na data da compra (Nota 2)	(1.696.039.259)	-
Outras	62.498	110.000
	<b>2.031.591.861</b>	<b>110.000</b>

- (g) **Empréstimos** - Os recebimentos provenientes de empréstimos obtidos e os reembolsos respeitantes a empréstimos obtidos estão, essencialmente, relacionados com a renovação regular de papel comercial e de outros empréstimos bancários.

No trimestre findo em 31 de março de 2011, os recebimentos de novos empréstimos obtidos, líquidos dos reembolsos de empréstimos obtidos, ascenderam a 976.519.874 euros e estão relacionados essencialmente com o eurobond emitido em janeiro de 2011 no montante de 600 milhões de euros e com o aumento do nível de utilização do programa de papel comercial de curto prazo, conforme explicado em detalhe na Nota 14. No trimestre findo em 31 de março de 2010, os recebimentos de novos empréstimos obtidos, líquidos dos reembolsos de empréstimos obtidos, ascenderam a 733.480.919 euros e estão relacionados essencialmente com o aumento do nível de utilização do programa de papel comercial de curto prazo e de algumas *credit facilities*.

## 17. Partes relacionadas

### a) Empresas associadas e conjuntamente controladas

Os saldos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 e as transações ocorridas durante os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010 entre a Portugal Telecom e as empresas associadas e controladas conjuntamente são como segue:

Empresa	euros					
	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos concedidos	
	31 mar 2011	31 dez 2010	31 mar 2011	31 dez 2010	31 mar 2011	31 dez 2010
<b>OI</b>	2.365.774	-	393.750	-	-	-
<b>Outras empresas internacionais:</b>						
Unitel (i)	171.389.628	264.643.043	7.343.058	9.962.132	-	-
Multitel	5.922.184	5.495.659	264.106	195.296	893.316	897.608
CTM	155.946	191.380	84.421	61.249	-	-
Outras	1.022.393	1.492.935	312.500	173.452	-	-
<b>Empresas nacionais:</b>						
Páginas Amarelas	7.374.217	8.722.197	14.587.783	13.880.468	-	-
Entigere	55.780	52.766	152.788	129.633	-	-
Siresp	75.232	7.341	37.361	95	4.292.800	4.292.800
Fundação PT	557.985	431.712	20	20	-	-
PT-ACS	3.766.319	3.974.227	4.435.887	1.093.317	-	-
Sportinveste Multimédia	40.683	21.978	352.401	400.912	33.618.668	33.618.668
Outras	238.792	268.925	373.837	352.865	4.210.639	2.697.369
	<b>192.964.933</b>	<b>285.302.163</b>	<b>28.337.912</b>	<b>26.249.439</b>	<b>43.015.423</b>	<b>41.506.445</b>

(i) As contas a receber da Unitel em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro 2010 incluem essencialmente dividendos atribuídos.

Empresa	euros					
	Custos		Receitas		Juros cobrados	
	1T11	1T10	1T11	1T10	1T11	1T10
<b>Empresas internacionais:</b>						
Unitel	3.723.495	2.658.703	3.412.112	3.458.840	-	198.558
Multitel	8.666	-	292.759	273.068	-	-
CTM	27.671	56.001	64.388	13.513	-	-
Outras	86.899	83.066	44.593	157.173	-	-
<b>Empresas nacionais:</b>						
Páginas Amarelas	10.107.553	13.794.320	631.563	934.767	-	-
PT-ACS	1.808.865	1.475.041	597.569	120.612	-	-
Sportinveste Multimédia	112.692	314.584	43.950	21.815	18.706	25.233
Caixanet	2.934	46.390	-	23.797	-	-
Siresp	11.618	-	3.621.761	3.348.079	30.487	27.586
Outras	160.933	354.875	1.021.736	843.493	-	-
	<b>16.051.326</b>	<b>18.782.980</b>	<b>9.730.431</b>	<b>9.195.157</b>	<b>49.193</b>	<b>251.377</b>

Os termos dos acordos comerciais celebrados com as empresas supra mencionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais incluem essencialmente:

- Custos suportados pela PT Comunicações relacionados com os serviços prestados pela empresa Páginas Amarelas no âmbito do contrato existente entre estas duas empresas, ao abrigo do qual a empresa Páginas Amarelas é responsável por produzir, publicar e distribuir as listas telefónicas da PT Comunicações, e também por vender espaço publicitário nas listas telefónicas; e
- Acordos de *roaming* celebrados com a Unitel.

## b) Acionistas

Alguns dos principais acionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras com as quais são estabelecidos acordos comerciais no curso normal da atividade. Adicionalmente, a Visabeira (empresa que presta serviços ao negócio de rede fixa) e a Controlinveste (empresa de media) também são acionistas da Portugal Telecom. As transações ocorridas durante o trimestre findo em 31 de março de 2011 e os saldos nessa data com os principais acionistas da Portugal Telecom são como segue (incluindo IVA):

euros					
Empresa	Vendas e serviços prestados pela Portugal Telecom	Fornecimentos e serviços prestados à Portugal Telecom	Juros obtidos (suportados), líquidos	Contas a receber	Contas a pagar
Caixa Geral de Depósitos	6.133.886	1.975.139	8.668.154	3.852.300	477.585
BES	5.092.630	4.115.031	18.818.199	2.834.979	-
Visabeira	1.349.824	10.371.225	-	12.667.066	10.332.120
Controlinveste	533.989	10.034.261	-	691.261	5.703.229
Ongoing	276.563	691.006	-	400.016	331.697
	<b>13.386.892</b>	<b>27.186.663</b>	<b>27.486.353</b>	<b>20.445.622</b>	<b>16.844.631</b>

Os termos e condições dos acordos comerciais celebrados entre a Portugal Telecom e os seus acionistas são similares aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte das instituições financeiras mencionadas acima.

Os fundos de pensões e cuidados de saúde em Portugal, os quais foram constituídos para cobrir as responsabilidades com benefícios de reforma em Portugal (Nota 6), são geridos de acordo com uma política de investimentos definida pela Portugal Telecom. As carteiras de ativos dos fundos incluem ações, obrigações e outros investimentos dos nossos acionistas. Em 31 de março de 2011, a exposição total desses investimentos à Portugal Telecom, BES e Ongoing ascendia a 90 milhões de euros, 65 milhões de euros e 74 milhões de euros, respectivamente.

## c) Outros

As remunerações auferidas pelos administradores executivos e não executivos da Portugal Telecom nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, as quais são estabelecidas pela Comissão de Vencimentos, foram as seguintes:

euros		
	1T11	1T10
Administradores executivos	565.959	871.617
Administradores não executivos	272.203	309.367
Comissão de Auditoria	124.653	124.653
	<b>962.815</b>	<b>1.305.637</b>

A Comissão Executiva diminuiu em março de 2010 de 7 membros para 5 membros.

Nos termos da política de remunerações estabelecida pela Comissão de Vencimentos, os administradores executivos têm direito a auferir: (i) uma remuneração variável anual relacionada com a sua performance no ano, a qual é paga no ano seguinte, exceto a parcela excedente a 50% da remuneração variável total atribuída no ano, cujo pagamento é diferido por um período de 3 anos, e (ii) uma remuneração variável associada ao desempenho de médio prazo, cujo pagamento é diferido por um período de 3 anos. Anualmente, a Portugal Telecom reconhece a especialização destas remunerações variáveis.

Em complemento da política de remuneração acima referidas, os administradores executivos têm direito a um conjunto de benefícios que são utilizados essencialmente no exercício das suas funções diárias, em linha com uma política transversal ao Grupo Portugal Telecom. Em 31 de março de 2011, nenhum membro do Conselho de Administração tinha direito a benefícios de reforma

ao abrigo dos planos da PT Comunicações, e não estava em vigor qualquer programa de pagamentos com base em ações nem qualquer programa de compensação por término de serviço.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, as remunerações fixas dos dirigentes do Grupo Portugal Telecom ascenderam a 1,2 milhões de euros e 1,5 milhões de euros, respectivamente.

Um dos administradores não executivos da Portugal Telecom é gerente da "Heidrick & Struggles - Consultores de Gestão, Lda", a qual no curso normal das suas operações, prestou serviços de consultoria à Portugal Telecom no montante de, aproximadamente, 0,4 milhões de euros (excluindo IVA) durante o trimestre findo em 31 de março de 2011.

## **18. Eventos subsequentes**

A 19 de abril de 2011, a Telemar, no decurso do processo de aquisição de 10% do capital da Portugal Telecom (Nota 1), adquiriu adicionalmente 35.860.500 ações, representativas de 4% do Capital da Portugal Telecom, pelo montante total de 291 milhões de euros.

## Glossário

ARPU	Average Revenue per User. Receita média por cliente. Média mensal das receitas de serviço por número médio de utilizadores no período.
Capex	Capital expenditure. Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo.
Cash flow	A diferença entre os cash inflows e os cash outflows num determinado período.
Curtailement costs	Custos decorrentes do programa de redução de efectivos.
Resultados líquidos por acção diluídos	Resultados líquidos por acção calculado considerando o resultado líquido excluindo os custos relativos às obrigações convertíveis, dividido pelo número de acções diluídas.
EBITDA	Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation. Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações+ custos com benefícios de reforma.
Margem EBITDA	Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.
Free cash flow	Free cash flow = cash flow operacional +/- aquisições/vendas de investimentos financeiros +/- juros líquidos pagos - pagamentos relativos a responsabilidades de benefícios de reforma - pagamentos relativos a imposto sobre o rendimento +/- dividendos pagos/recebidos +/- outros movimentos de caixa.
FTTH	Fibre-to-the-home. Rede de fibra óptica. Rede de nova geração que permite levar fibra óptica até às instalações do cliente.
GSM	Global System for Mobile. Rede de rádio digital, internacionalmente estandardizada, que permite a transmissão de voz e de dados.
HDTV	High Definition Television. Transmissão do sinal de televisão com uma resolução superior à dos formatos tradicionais.
IAS/IFRS	International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards. Normas Internacionais de Contabilidade / International Financial Reporting Standards. Novo normativo contabilístico promovido pelo International Accounting Standards Board. Foi adoptado a partir de 1 de janeiro de 2005.
Resultado operacional	Resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos.
IP	Internet Protocol. Standard que especifica o formato exacto dos pacotes de dados transmitidos através da rede Internet.

## Glossário

IPTV	Internet Protocol Television. Serviço de televisão digital disponibilizado na linha telefónica, através de uma conexão de banda larga.
RDIS	Rede Digital com Integração de Serviços. Rede de telecomunicações digital que permite a transmissão em simultâneo de voz e de dados sobre um acesso fixo.
ISP	Internet Service Provider. Empresa que fornece o acesso à Internet.
MMS	Multimedia Message Service. Tecnologia que permite a transmissão de dados nos telemóveis, nomeadamente textos, toques, imagens, fotos e vídeo.
MOU	Minutes of Usage. Média mensal em minutos de tráfego de saída e de entrada por número médio de utilizadores no período.
Dívida líquida	Dívida líquida = Dívida de curto prazo + dívida de médio e longo prazo – Disponibilidades e títulos negociáveis.
NGAN	Next generation access network. Rede de alta velocidade capaz de transportar eficientemente uma variedade de serviços, incluindo voz, dados, vídeo e multimédia.
Cash flow operacional	Cash flow operacional = EBITDA - capex +/- alteração do fundo de maneiio +/- provisões não monetárias.
PRB	Post Retirement Benefits Costs.Custos com Benefícios de Reforma
PSTN	Public Switched Telephone Network. Sistema de telefone tradicional instalado sobre linhas de cobre.
RGU de retalho por acesso	Acessos de retalho por acesso por acessos PSTN/RDIS.
SARC	Subscriber Acquisition and Retention Cost. Custos com aquisição e retenção de clients. $SARC = (70\% \text{ dos custos de marketing e publicidade} + \text{comissões} + \text{subsídios}) / (\text{adições brutas} + \text{upgrades})$ .
SMS	Short Message Service. Serviço de mensagens curtas de texto para telemóveis, que permite o envio e recebimento de mensagens alfanuméricas.
Planos Tribais	Tarifa plana pré-paga com tráfego ilimitado entre subscritores com o mesmo plano tarifário.
Oferta Triple-play	Oferta integrada de serviços de voz, televisão e Internet.
VoD	Video-on-demand. Sistema que permite aos utilizadores a selecção e o visionamento de videos.

- 3G 3Generation. Terceira geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes móveis (UMTS, W-CDMA e EDGE), as quais integram serviços de multimédia, permitindo a transmissão de dados a uma velocidade superior à tecnologia GSM.